

A banalidade
e a política midiática
dos afetos



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE
– FURJ – MANTENEDORA

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA FURJ	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE – MANTIDA
<i>Conselho de Administração Presidente – Beatriz Regina Branco</i>	ÓRGÃO DELIBERATIVO SUPERIOR DA UNIVILLE <i>Conselho Universitário Presidente – Alexandre Cidral</i>
<i>Conselho Curador Presidente – Maria Salete Rodrigues Pacheco</i>	ÓRGÃO EXECUTIVO SUPERIOR DA UNIVILLE – REITORIA <i>Reitor Alexandre Cidral</i>
PRESIDÊNCIA	<i>Vice-Reitora Therezinha Maria Novais de Oliveira</i>
<i>Presidente Alexandre Cidral</i>	<i>Pró-Reitor de Ensino Eduardo Silva</i>
<i>Vice-Presidente Therezinha Maria Novais de Oliveira</i>	<i>Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Paulo Henrique Condeixa de França</i>
<i>Diretor Administrativo- Financeiro Mário César de Ramos</i>	<i>Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários Patrícia Esther Fendrich Magri</i>
<i>Procuradora-Geral da Furj Ana Carolina Amorim Buzzi</i>	<i>Diretora do Campus São Bento do Sul Liandra Pereira</i>
<i>Diretor de Operações Pablo Peruzzolo Patricio</i>	PARQUE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE JOINVILLE E REGIÃO – INOVAPARQ – MANTIDA <i>Diretor Executivo Paulo Marcondes Bousfield</i>

J. I. Venera

a banalidade
e a política midiática
dos afetos

Ensaio publicado no
Le Monde Diplomatique Brasil



EDITORA
univille
PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação da Editora
Silvio Simon de Matos

Secretaria
Gabriela Heidemann

Revisão
Roberta Petersen

*Projeto gráfico,
diagramação e capa*
J. I. Venera

CONSELHO EDITORIAL

Membros internos (Univille):

Prof. Dr. Paulo Henrique Condeixa de França - Presidente do Conselho;
Prof. Dr. Silvio Simon de Matos - Coordenador da Editora Univille; Profa.
Dra. Berenice Rocha Zabbot Garcia - Representante da Área das Ciências
Humanas e Ciências Jurídicas; Profa. Dra. Denise Abatti - Representante
da Área das Ciências Exatas, Engenharias, Arquitetura, Fotografia e De-
sign; Profa. Dra. Denise Monique D. S. Mougá - Representante da Área das
Ciências da Saúde e das Ciências Biológicas; Profa. Dra. Eliziane Meurer
Boing - Representante do *Campus* São Bento do Sul; Prof. Dr. Gilberto
Mazzetti Júnior - Representante da Área das Ciências Socioeconômicas
e Hospitalidade; Ma. Katia Oliari da Motta - Coordenadora da Biblioteca
Universitária; Profa. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes - Representante da
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários

Membros externos:

Profa. Dra. Adair de Aguiar Neitzel (Univali) - Representante da Área das
Ciências Humanas, Letras e Artes; Prof. Dr. Delcio Pereira (UFSC) -
Representante da Área de Sociais Aplicadas; Profa. Dra. Jurema Iara Reis
Beli (Udesc) - Representante da Área de Ciências Humanas, Letras e Artes

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Univille

	Venera, Jose Isaias
V456b	A banalidade : e a política midiática dos afetos / Jose Isaias Venera. - Joinville, SC: Ed. Univille, 2026. Inclui bibliografias. ISBN: 978-65-87142-95-1 978-65-87142-93-7 (e-book) 1. Razão prática. 2. Banalidade - filosofia. 3. Ética - aspectos sociais. 4. Mudança social. 5. Mídia social e sociedade. 6. Crença e dúvida. II. Título. CDD 128.33

Elaborada por: Tatiane Cristina Gheno - CRB 14/1416

A tolice, o pecado, o logro, a mesquinhez
Habitam nosso espírito e o corpo viciam,
E adoráveis remorsos sempre nos saciam,
Como o mendigo exhibe a sua sordidez.

Charles Baudelaire, *As flores do mal*.



Sumário

- 9 Apresentação
- 13 Introdução
- 19 PARTE 0: “Decifra-me ou
te devoro!”
- 21 [Determinação algorítmica]
A produção social da alucinação é
uma forma de política
- 29 PARTE I: Subjetividades audiovisuais
- 31 [Anulação do sujeito]
Da teologia capitalista aos
“*dummies*”
- 39 [O poço]
O coronavírus infecta o
óbvio da vida
- 51 [Série]
A verdade tem estrutura de Round 6

61	PARTE II: O gozo fascista
63	[10 anos das jornadas de junho de 2013] A rebelião do desejo e o retrocesso à extrema-direita
75	[Convívio com a diferença] Da tragédia em São Paulo à lobotomia virtual
83	[“Hitler é melhor que Jesus”] Brasil em transe
91	[Engajamento] Da rede à crueldade: “Aqui é Bolsonaro!”
99	[O ato falho do presidente] De Bolsonaro à Schützenfest, o tiro saiu pela culatra
105	[Submissão da vida pela morte] Bolsonaro beija Stalin e no dia seguinte Mussolini
113	[Crítica] Bolsonaro, que fezes aqui?
119	[Em busca do gozo sem limites] Žižek e o cinismo do Messias



Apresentação

Luís Brasilino,
Editor do Le Monde Diplomatique Brasil

Às vésperas de uma nova eleição presidencial no Brasil, o livro de José Isaiás Venera não é uma leitura fácil — ainda que fundamental. Seus ensaios, publicados entre 2020 e 2023 (com excessão do primeiro) no *Le Monde Diplomatique Brasil*, nos transportam de volta para a era de mortes, violência e rebaixamento das condições de vida que o país atravessou sob o domínio da extrema direita e em meio à pandemia de covid-19.

Na última década, o *Le Monde Diplomatique Brasil* tem se dedicado a compreender — e combater — a onda conservadora e autoritária que avança

sobre o mundo desde a crise financeira de 2008, com contornos dramáticos sobre nosso país. Em nossas páginas, temos debatido, entre outras questões: qual o peso do neoliberalismo e da concentração de poder e renda nos movimentos que ameaçam os avanços democráticos? Como as opressões de gênero, de raça e LGBTfóbicas são instrumentalizadas para esse objetivo? De que forma a extrema direita influencia e atravessa as instituições republicanas com instrumentos como o *lawfare*, emendas parlamentares e tentativas de golpe de Estado? Qual a fatia de responsabilidade das forças progressistas e seus governos ao frustrar expectativas geradas? Como o avanço das *big techs* — e seu recente alinhamento com o governo de Donald Trump — impacta a política? Como a extrema direita mobiliza afetos negativos como ódio, angústia, medo e ressentimento?

Jornalista com formação em Psicanálise, Venera reúne neste livro importantes elementos para compreender como o inconsciente e a mídia atuam nesse crescimento desavergonhado da extrema direita. A obra que o leitor tem em mãos está dividida em três partes. A primeira, composta por um capítulo escrito especialmente para esta publicação, analisa o julgamento da tentativa de golpe de 2022/2023 e diagnostica como a alucinação política é a transformação da fantasia em método de ação e de poder: uma estratégia que simula, encena e mobiliza afetos para sustentar projetos autoritários, mesmo quando a realidade insiste em desmenti-los.

Na segunda seção, Venera problematiza três obras da indústria do entretenimento: o *Big*

Brother Brasil, da TV Globo, o filme *O poço* e a série *Round 6*, ambos da Netflix. Sobre a produção brasileira, o jornalista estuda o significado da participação de assistentes de produção mascarados, que trabalham com os corpos cobertos para supostamente não serem vistos, seja pela audiência, seja pelos participantes do programa. Já o longa *Espanhol* serve de ponto de partida para discutir o dilema entre cooperação e competição que permeia as relações da classe trabalhadora. Por fim, Venera analisa a sociedade distópica do sucesso sul-coreano em que pessoas endividadas são colocadas para jogar até a morte em um *reality show*. “Diante de uma realidade que fere, a ficção vem como um espelho que torna suportável a experiência”, aponta.

A terceira e mais extensa parte do livro nos leva a um mergulho ao inconsciente do bolsonarismo. Venera coloca o ex-presidente e seus seguidores no divã e investiga seus desejos, medos e ressentimentos. Diante da profusão de desinformações produzidas pela extrema direita, o jornalista recorre a uma história contada por Sigmund Freud para questionar: o sujeito mente quando diz a verdade e diz a verdade através da mentira? Ao que conclui: “Mais do que nomear como desinformação ou *fake news*, deveríamos interpretar essas produções como fantasias fetichizadas, ou seja, fantasia-se o que não se consegue realizar em ato e excita-se com a própria fantasia”. Em outra passagem, o jornalista recupera uma frase dita em uma das *lives* do então presidente: “Fizeram uma festa lá embaixo para eu responder pergunta à CPI. Você sabe qual a minha resposta, pessoal?”

Caguei”. Venera indaga: a frase de Bolsonaro revelaria uma persistência mais duradoura da fase anal? Por fim, gostaria de destacar nesta breve apresentação o capítulo que recupera as reações bolsonaristas à derrota nas eleições de 2022. Do médico que anuncia que não trataria eleitores petistas às celebrações delirantes dos acampamentos motivadas por notícias falsas, o que vimos, segundo Venera, são respostas ao sofrimento provocado pela distância entre a realidade dos fatos e a psíquica. “Qual é a verdade camuflada nas bravatas e truculências de patriotas?”, pergunta. No fim, a resposta é a política: “o horror diante da possibilidade de fim das hierarquias que subjagam o outro pela sua condição de gênero, de etnia, de classe social, de credo”.

Assim, essa viagem pela escatologia bolsonarista é um alerta de para onde não queremos voltar, e, acima de tudo, uma chave para compreensão de que o avanço da extrema direita, em vez de uma loucura ou engano, expressa um projeto político daqueles preocupados em assegurar privilégios.



Introdução

Por que a banalidade atrai tanto? Há algumas hipóteses: a familiaridade com as temáticas simplificadas em frases feitas, *memes*, *slogans* e *hashtags* que substituem discussões complexas; problemas sérios tratados como *trend*, perdendo relevância rapidamente; e conteúdos polêmicos reduzidos a *likes* ou *dislikes*. Em síntese: a familiaridade com estruturas simplificadas de ver o mundo; a necessidade de se integrar ao movimento da maioria; ou, simplesmente, sinalizar que gostou ou não de um estímulo.

É nesse cenário que a crítica se volta à maneira como os meios de comunicação exploram as paixões humanas, reduzindo realidades complexas a esquemas de cognição simplificados que operam por

meio de estereótipos e produzem, em muitos casos, estigmas. Até mesmo no jornalismo o chamado “valor-notícia” (que deveria indicar o que, na realidade dos fatos, possui relevância suficiente para se tornar notícia) tende, na prática profissional, a ser engolido na repetição de temas já consolidados nos editoriais, recorrendo a frases e imagens de impacto.

A banalização naturaliza a realidade socialmente construída. Faz com que grupos sejam matáveis sem que isso fira a “boa” moral, ao qual Mbembe (2018) chama de necropolítica. É o que acontece na maioria das vezes com o enquadramento dado às populações da periferia. A saturação discursiva cega a realidade e torna comum a violência simbólica ou física. Contraditoriamente, nas mídias de conexão, em que todos os usuários podem se manifestar, observa-se um movimento histérico para alcançar destaque. Na generalização indiferenciada das redes sociais, tal prática não é incomum: se você quer ganhar likes, basta postar um vídeo de gatinhos fofinhos; mas, se quer ganhar engajamento, é preciso despertar paixões intensas, como o amor e o ódio. Essa é, de fato, uma faceta a partir da qual são mobilizados os fluxos de engajamento nas redes sociais.

Quem curte gatinhos fofinhos não é nem boa nem má pessoa: apenas expressa uma relação de afeto entre humanos e animais. Uma cena banal. O que não é banal é a estruturação subjacente — algorítmica — que identifica que vídeos de gatinhos geram economia da atenção, fazendo com que internautas passem mais tempo consumindo esse tipo de conteúdo. Isso é diferente de quem dissemina a

desinformação ou destila todo tipo de preconceito em nome de uma suposta liberdade. Ficar indiferente a isso é uma das manifestações da banalidade do mal.

Certamente não é pela racionalização da cena — seja de gatinhos, de desinformação ou de discurso de ódio — que se consome cada vez mais. Se não é pela razão, o que está sendo mobilizado? Os afetos e as paixões.

Esse aprendizado não é recente, tampouco surgiu apenas com o desenvolvimento dos sistemas de inteligência artificial (IA). Guardadas as diferenças, essa relação humana com os meios de comunicação remonta, no mínimo, ao século XIX. Esse recorte tem relação entre meios e massa, mídia e audiência, e, posteriormente, redes e usuários. Os primeiros jornais surgiram no início do século XVII, mas seu alcance era limitado e sua periodicidade, espaçada. Tornaram-se de massa ao extrapolar barreiras de classe — não no sentido ideológico — a partir de transformações ocorridas, sobretudo, na Europa do século XIX: o avanço da educação pública, que reduziu significativamente o analfabetismo; a inserção da publicidade nos jornais, que reduziu o preço dos periódicos; e a necessidade de difundir as ideias dominantes no imaginário social como se fossem de todos (ideologia).

Essas transformações modificaram profundamente o modo de pensar a vida social, levando autores do período — como Gabriel Tarde e Gustave Le Bon, com suas reflexões sobre multidão e contágio emocional, além de Friedrich Nietzsche,

com as noções de moral de rebanho e ressentimento — a investigar os processos de massificação da vida social e a dinâmica psíquica que atravessa as multidões. Nas tradições dos estudos científicos da comunicação, que se consolidam ao longo do século XX, essa preocupação em compreender e mobilizar mentes e afetos também se faz presente. Basta observar a influência do behaviorismo na chamada Escola Funcionalista, a partir da qual o conteúdo dos meios de comunicação passa a ser pensado como estímulo capaz de produzir respostas em massa, ou a incorporação da psicanálise nas análises da Escola de Frankfurt, que articulam conceitos como: inconsciente, repressão, pulsões, formação do caráter, personalidade autoritária, narcisismo, identificação e mecanismos de massa. A exploração dos afetos e das paixões, frequentemente ancorada na banalidade da vida cotidiana, acompanha, assim, a própria constituição do campo científico dos estudos em comunicação.

No decorrer do século XX, as pesquisas segmentaram-se no processo da comunicação: algumas voltadas para os meios, outras para o código e, ainda, para a recepção. Hoje, diante da onipresença das mídias *online*, seria importante recuperar, nas análises, aquilo que há de mais humano — como um retorno às origens do campo. O que há de mais humano não é o que nos torna civilizados (fosse assim, os manuais de lógica dariam conta), mas o que escapa à racionalidade. A produção midiática por meio da banalidade traz um índice da condição humana.

Afirma-se que a banalidade funciona como um oásis que congrega milhares de internautas. A impressão é que ela impede que o sujeito se depare com a insuportabilidade da ignorância. Enfrentá-la exige reflexão, pesquisa e esforço, na contramão do consumo repetitivo do sujeito. Diante da banalidade, todos sentem-se incluídos.

Boa parte dos conteúdos de redes sociais, filmes, séries, novelas e programas de entretenimento conta, para seu sucesso, com a banalidade. O clichê é uma ideia que, de tão simplificada, tornou-se banal, demasiadamente comum. Seria a banalidade constitutiva de cada um de nós?

Hannah Arendt (2013) explorou esse conceito no recorte da banalidade do mal: a naturalização do mal no cotidiano, regulada por um verniz de civilidade. Adolf Eichmann, tenente-coronel da SS nazista, capturado na Argentina e julgado em Israel, não parecia, segundo a cobertura de Arendt para a *The New Yorker*, um monstro cruel, mas um homem comum, medíocre e burocrático. O que se torna generalizado e simplificado estrutura a realidade e solidifica as obviedades. Óbvio é aquilo sobre o qual não se precisa refletir, é aquilo que já foi naturalizado na e pela realidade.

Sem sair do contexto histórico, outro exemplo é a interpretação magistral de Bruno Ganz como Hitler no filme *A Queda! — As últimas horas de Hitler*. Nessa atuação, Hitler surge como um velhinho atencioso, vegetariano e gentil com crianças. Para quem assiste, causa estranhamento, pois foge do clichê do homem diabolicamente mau. Em outro contexto, ele

poderia até encantar a audiência de programas como *Mais Você*, de Ana Maria Braga. A banalidade é isso: um atalho para os afetos, atrofiando a reflexão.

Um ambiente saturado de banalidade carece de simbolização. Simbolizar é uma das formas de o sujeito lidar com eventos que o afetam, integrando-o à realidade. As simplificações excessivas, como nos clichês, inibem a simbolização: são esquemas já prontos que apenas acomodam um evento à sua realidade já cristalizada.

A saturação de frases feitas, *memes* e *slogans* constitui um grande imaginário social que pensa pelos sujeitos. Quando somos atravessados por conteúdos que formam uma imagem fechada sobre um tema, significa que tudo já foi pensado, não há espaço para simbolização. No imaginário não há mais criação.



PARTE 0:

“Decifra-me
ou te devoro!”

— |

— |

— |

— |



[Determinação algorítmica]

A produção social da alucinação é uma forma de política

A trama golpista expõe o
deserto do nosso real — a simulação
de um Brasil paralelo, cujos signos
não se ancoram nos fatos.

Haveria uma relação entre alucinação, levante neofascista e determinação algorítmica? Costuma-se afirmar que já não existe separação entre vida *offline* e *online*. Os gestos, antes transformadores do espaço e do tempo, hoje tendem a se reduzir a enquadramentos destinados à cena digital. As ações, em grande parte, voltam-se para a viralização. Algumas, de fato, alcançam ampla circulação. Outras espalham-se justamente por dizerem o contrário do que se pretendia, funcionando como um ato falho. Foi o que ocorreu, por exemplo, com apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro ao lançarem a *hashtag* #BolsonaroFree, que em inglês significa “Livre de Bolsonaro”.

A trama golpista em julgamento expõe o deserto do nosso real — a simulação de um Brasil paralelo, cujos signos não se ancoram nos fatos. Enquanto a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começava a julgar Bolsonaro, em 2 de setembro de 2025, o Senado armou um julgamento paralelo para sabotar o STF, como revelou o portal *Intercept Brasil*. Esse deslocamento entre a representação e a realidade dos fatos tipifica o estágio alucinatório da política. Na mesma toada temos o tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, contra o Brasil, articulado pelo deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Quando a alucinação falha, a realidade dos fatos se afirma: “Livre de Bolsonaro” é o exemplo maior.

A política alucinou

Na tentativa do golpe parlamentar no 5 de agosto, a deputada catarinense Júlia Zanatta (PL) usou seu bebê como escudo humano, em nome da família e da pátria. Em outra cena, a mesma deputada apresentou o Projeto de Lei (PL) 4.329/2025 para acabar com o Imposto de Renda (IR); dessa vez para proteger o capital dos mais ricos, já que não se passa de uma cortina de fumaça para conjurar contra o Projeto de Lei que isenta do IR quem ganha até R\$ 5 mil. Para justificar seu deslocamento da realidade dos fatos, usou um argumento, no mínimo, bizarro: “A existência e manutenção do imposto de renda também foi defendida por Karl Marx e Friedrich Engels”. Seria um erro questionar se as ações visam simular (alucinar) uma cena para alimentar os seguidores deste Brasil paralelo.

Em âmbito municipal, um vereador de Joinville/SC, Mateus Batista (União Brasil), defendeu em sessão da Câmara, em 25 de agosto, um projeto de lei para restringir e segregar pessoas vindas do Norte e do Nordeste. Entre outras afirmações, declarou que o “estado do Pará é um lixo”. Na base dessas ideias supremacistas está a alucinação de pureza, a mesma que alimentou movimentos políticos como o nazismo e o fascismo, com práticas segregacionistas, xenofóbicas e racistas.

Agora, na semana do julgamento da trama golpista, apoiadores de Jair Bolsonaro rezam próximos à residência do ex-presidente, enrolados na bandeira

de Israel. Em episódios anteriores, seus seguidores acreditavam manter contato com extraterrestres e chegaram a rezar para pneus.

A produção social da alucinação é uma forma de política. Daí também o uso do termo “alucinação” na Inteligência Artificial (IA), empregado como metáfora para um fenômeno técnico. Podemos, contudo, deduzir que nem as alucinações técnicas (quando modelos de IA geram informações factualmente incorretas) nem os grandes delírios registrados na história (como em *Memórias de um doente dos nervos*, em que o juiz alemão Daniel Paul Schreber, no século XIX, acreditava que se transformaria em mulher para ser fecundado por raios divinos e, assim, recriar a humanidade) impressionam tanto quanto aquilo que assistimos na atualidade.

Quando as imagens que brotam dessas mentes sem referente (isto é, que mentem) se tornam explícitas — pornográficas — já não há mais o que revelar: tudo está exposto. O explícito não se decifra. A hashtag #BolsonaroFree é a expressão literal do desejo de políticos da extrema direita que já descartam o ex-presidente da disputa eleitoral. Não há o que decifrar: é o que é, o que está dito.

“Decifra-me ou te devoro!”

A tragédia *Édipo Rei*, de Sófocles, teria algo ainda a revelar para a nossa época? Na peça, foi o saber que elevou Édipo ao trono de Tebas. Ao decifrar o enigma da Esfinge, ele desposa a rainha

Jocasta, com quem terá quatro filhos: Antígona, Ismênia, Etéocles e Polinice.

Na leitura de Sigmund Freud, a tragédia revela a ambivalência entre amor e ódio: o desejo pela mãe e a hostilidade dirigida ao pai. O complexo de Édipo exemplifica um conflito inconsciente, universal e atemporal. As paixões situam-se no campo do não saber (como motivadoras do parricídio e do incesto), enquanto o saber — entendido como aprendizado pela experiência — integra o princípio da realidade.

Outra leitura é a de Michel Foucault, que enfatiza o conhecimento como desejo de poder: “conhecemos para dominar”. A tragédia de Sófocles — Édipo Rei — chamava-se, no princípio, Édipo Tirano. O sentido de tirano, naquele contexto, referia-se àquele cujo poder não foi herdado, mas conquistado por alguma qualidade, seja de guerreiro, de protetor ou de sábio.

Édipo conquistou o trono pela qualidade de sábio, ao decifrar o enigma e livrar Tebas da peste. O saber edipiano foi construído pelo desejo de ver com seus próprios olhos. Mas esse saber ver realizou seu destino. Quando Tirésias, o adivinho cego, revelou a Édipo que ele havia assassinado o pai, Laio, e desposado a mãe, Jocasta, o herói acabou usando os broches da esposa/mãe, já morta, para furar os próprios olhos — preferindo a cegueira à verdade.

Haveria ainda algo a ser decifrado no nosso tempo?

Qual seria o enigma a ser decifrado que poderia livrar a humanidade de uma distopia que bate à porta: epidemias, guerras, precarização das relações de trabalho, crise climática? Nenhuma dessas é propriamente nova. O que há de novo são as formas de dominação.

O saber em Édipo decorria do desejo de ver, o que lhe conferiu domínio pelo conhecimento; na Idade Média, o saber dependia da revelação no confessional, do ato de espiar a intimidade do pecador; já na modernidade, o saber assume um caráter disciplinar, operando sobre os corpos e as almas por meio de práticas normativas que transformam, por exemplo, o louco em desrazão, retirando-lhe a autonomia.

Hoje, não se trata mais do desejo de ver, nem de expiar a intimidade no confessional, tampouco do saber disciplinar que conjurava o poder/saber sobre os corpos e as almas como matriz das formas de dominação. A decifração dependeria, agora, de uma nova racionalidade — a algorítmica? Decifrar não significa livrar a humanidade de uma maldição; ao contrário, é pelas vias do não saber que a realização da desgraça (ausência de dom divino) se efetiva.

Nossa atualidade é regida pela racionalidade algorítmica

Nossas decisões, escolhas e formas de conhecer são determinadas, ao menos em parte, por algoritmos e IAs generativas, que permitem às máquinas processar e extrair dados, produzindo novos conteúdos. As plataformas digitais constituem o palco onde o espetáculo acontece, e o fluxo ininterrupto de conteúdo é produzido tanto por atores (internautas) quanto por bots (passando-se por internautas).

Se antes podia-se chamar o buscador Google de Deus, agora as IAs generativas são ainda mais potentes. Deus é a potência infinita. Nesse lugar, não existiria mais enigma a ser decifrado, já que na potência máxima não há falta.

Não há mais o que decifrar. Entramos na era da codificação total. Quando ouvimos repetidamente que não há mais separação entre o *off* e o *online*, é porque nossa vida se desdobra da decodificação. Com isso, os algoritmos codificam nossa vida *online* (extraíndo nossos dados) e nós agimos (decodificamos) a partir dos conteúdos sugestionados.

Nossa vida foi privatizada pelas *big techs*

Há uma inversão da tragédia em relação ao contexto da Grécia antiga. Lá, esperava-se que alguém decifrasse o enigma; hoje, espera-se que a

racionalidade algorítmica decifre e resolva nossos problemas. A questão que se levanta é que talvez a racionalidade algorítmica, dispositivo das *big techs*, possa ser compreendida como a própria Esfinge, cujo domínio se fortalece a cada momento pela datificação de nossas vidas.

A cena atual apenas intensifica uma observação do sociólogo Jean Baudrillard, em *Simulacros e Simulações*, de 1981, quando afirmou que “o deserto é o nosso próprio real”. Ou, dito de outra forma: o real está totalmente coberto por signos sem referentes – a alucinação é o nosso deserto.

Quando não há mais o que decifrar, não há mais o que ver. Estamos todos cegos em uma alucinação projetada pela Esfinge.

Publicado em 5 de setembro de 2025,
Le Monde Diplomatique Brasil.



Parte I:

Subjetividades audiovisuais



[Anulação do sujeito]

Da teologia capitalista aos “*dummies*”

Já não podemos mais falar de uma
imagem que distorce a verdade, mas de
uma ficcionalidade ocupando o seu lugar.
A verdade carrega as condições materiais
de existência, já a forma-aparência
(ou mercadoria) embala as fantasias.

A vida sucumbe ao capital. Uma religião. O sagrado desce do altar. Torna-se um *kitsch*, estrutura de mau gosto que apela para satisfações fugazes, como a gigante Estátua da Liberdade decorando o templo de um empresário, que se fantasia de verde e amarelo enquanto organiza carreatas contra o *lockdown*. A religião com seus fiéis em transe. Catar-se coletiva. Na contramão, profanar é colocar a vida sobre o capital. Comunista. Esquerdista. Socialista. Bolivarianista. Anarquista. Conceituações rebaixadas a adjetivos de ofensa. Quase um *remake* da Guerra Fria.

Não é de hoje que a mídia de massa se converteu no grande megafone dessa religião, mas é mais recente o fenômeno das redes digitais como espaço da catarse coletiva, destilando ódio. Ouvintes de rádios em Santa Catarina, a partir do dia 12 de março de 2021, foram surpreendidos com uma campanha: “Não é hora de parar, precisamos seguir”. Produzida pela Associação Catarinense de Emissoras de Rádio (Acaert), a campanha circula no período mais crítico da pandemia, até então, batendo recordes diários de mortes por covid-19. Como um coro orquestrado, dois dias depois de seu lançamento, carreatas por vários municípios contra o *lockdown* mostravam o trabalho de “conscientização” dos empresários, de que o lucro é mais importante do que a vida. Na página da Acaert, a manchete fantasia é: “Acaert produz spot de conscientização contra o covid-19”. Ao contrário, o que a campanha faz é uma negativa ao *lockdown*.

O trabalhador envelopado de *dummy*

Os *dummies*, que em inglês se referem aos bonecos que imitam a forma humana, adquirem no Big Brother Brasil (BBB) uma estranha aparência que encobre o trabalhador. Eles, os trabalhadores, entram em cena, mas não são percebidos. Em certos momentos, o apresentador do *reality show*, Tiago Leifert, até fala de forma carinhosa dos *dummies*, reforçando a ficcionalidade de sua forma enquanto fortalece sua invisibilidade. Eles, que não são personagens, entram em cena para executar um trabalho, como modificar o cenário para uma atividade dos “*brothers*”.

Tomemos os *dummies* como personagens da nossa cena. Eles figuram no enquadramento, mas sua forma-aparência não passa de uma barreira para ocultar seu avesso, constituído de carne e osso, consciência e corpo, linguagem e afetos. Barrados na forma, vemos a coisificação completa do trabalhador. Nem eles se veem no trabalho realizado, nem o consumidor vê os trabalhadores na mercadoria (o BBB). Nesse jogo de invisibilidade, o apresentador, os jogadores do BBB e o fluxo de conteúdos produzidos nas redes digitais referem-se, em sua maioria, aos *dummies* como personagens ou como o nome em inglês aponta: bonecos que imitam o ser humano (o que é, na verdade, seu exato oposto).

Já não podemos mais falar de uma imagem que distorce a verdade, mas de uma ficcionalidade que ocupa o seu lugar. A verdade carrega as condições

materiais de existência, já a forma-aparência (ou mercadoria) embala as fantasias. Por isso, não deveria ser a nós estranho, para trazer um outro tema, o negacionismo da pandemia. Aceitar a pandemia enquanto acontecimento traumático seria o mesmo que deparar com essa trama de invisibilidade em que os sujeitos são constituídos. Mesmo aqueles que estão em foco, como os jogadores do BBB, adquirem a forma-mercadoria nos cortes, na edição e na narrativa audiovisual oferecida aos espectadores.

Os espectadores, esses sim, são a principal mercadoria a partir da qual grandes marcas investem alto no programa. Espectadores, internautas e comentadores podem ser resumidos a consumidores do BBB, mas, na relação comercial do programa com as grandes marcas, é a audiência a mercadoria oferecida. Na religião capitalista, somos o envelope que carrega o dinheiro do dízimo.

Sujeitos envelopados

Os *dummies* são trabalhadores envelopados. São a expressão máxima de sujeitos reduzidos a coisa pelos aparelhos de captura. Há, de um lado, os jogadores que têm seus nomes, suas histórias, suas vidas capturadas pelo programa e convertidas em mercadoria; no meio, esses trabalhadores envelopados e convertidos em bonecos fofinhos; do outro lado, os consumidores capturados, objetivados, mobilizados que se perdem nas transmissões e se estendem nas suas vidas digitalizadas. Somos todos envelopados.

Quanto mais programas como o BBB “bom-bam” no espaço atópico, a internet, mais seu espaço sucumbe, afunilado em uma outra versão da chamada sociedade massificada, no que talvez poderíamos chamar de massificação da vida digitalizada. Não é difícil pensar na imensidão de internautas comentando, fazendo memes, votando em cada paredão, enquanto o aparelho de captura controla as pessoas pela mobilização das paixões, como as manifestações de amor por determinado jogador ou as expressões de ódio por outro. Eles vão da glória (ou do endeusamento) ao cancelamento (a demonização) em poucos cliques.

À morte envelopada

Quando as mortes são percebidas apenas como números na exposição diária nos programas jornalísticos, é porque elas já foram envelopadas. É a forma-mercadoria do jornalismo em crise, que já não consegue sustentar o pacto social de construir a verdade dos fatos. Torna-se, na percepção de muitos, um discurso sem lastro, anulando a diferença entre o jornalismo e as chamadas *fake news*.

É verdade que os veículos jornalísticos de grande circulação no país têm feito uma boa cobertura na pandemia, mas sua relação com a sociedade não pode ser medida por um evento. Aquilo que ficava mais explícito na crítica jornalística sobre a relativa autonomia do profissional, que vê sua liberdade

reduzida diante dos interesses político e econômico dos donos dos veículos de comunicação, agora é o sentido predominante na sociedade — cujo imaginário pende entre dois polos: a defesa plena quando o enquadramento das matérias integra a religião do consumidor ou a redução a *fake news*, quando não é favorável. Tornou-se um ato de fé, de convicção.

Foto 1 – Invisibilidade do trabalhador



Fonte: Reprodução Globoplay

Dummy é um signo

Tomemos os *dummies* como um signo e suas determinações simbólicas. Para isso, o envelope (a roupa que encobre o trabalhador) precisa ocupar a posição de um significante, cujo significado dependerá das interações estabelecidas. Assim, um signo é um significante em movimento, como no episódio

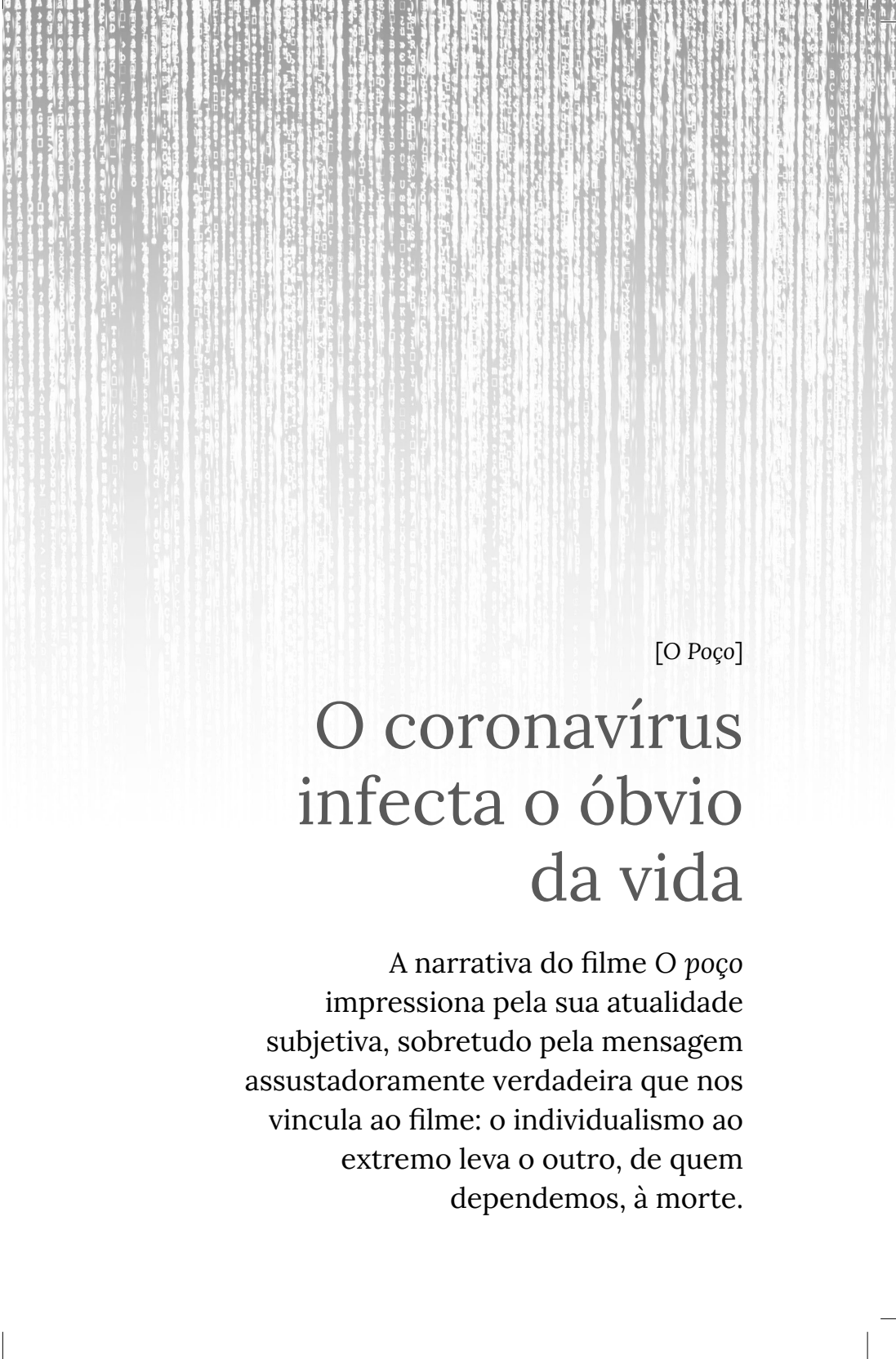
de 11 de março de 2021 em que Carlinha (Carla Diaz) retorna ao convívio da casa “mais vigiada do Brasil” vestida de *dummy*, após voltar de um paredão falso. Naquela relação, a determinação simbólica fez com que o significante *dummy* participasse como protagonista do jogo. Carla sai do envelope (da roupagem), mas a dúvida se é a atriz ou Carla Diaz permanece. Dúvida falsa, já que ela se constitui sobretudo na posição de atriz.

Enquanto signo, os *dummies* referem-se a uma posição de anulação do sujeito. O que acontece quando um trabalhador participa de uma carreata que defende os interesses dos patrões? Ou quando defende uma reforma trabalhista que retira seus próprios direitos? O que o leva a se considerar um empresário de si mesmo enquanto continua vendendo sua força de trabalho? São todas posições de anulação do sujeito envelopado pelo discurso do mercado.

O endereçamento neoliberal envelopa o ser humano, reduzindo-o à ficcionalidade de um *dummy*.

Publicado em 24 de março de 2021,
Le Monde Diplomatique Brasil.





[O Poço]

O coronavírus infecta o óbvio da vida

A narrativa do filme O poço impressiona pela sua atualidade subjetiva, sobretudo pela mensagem assustadoramente verdadeira que nos vincula ao filme: o individualismo ao extremo leva o outro, de quem dependemos, à morte.

Em *O poço*, filme espanhol de 2019 que integrou o catálogo da Netflix no dia 21 de março de 2020, o diretor Galder Gaztelu-Urrutia mistura cenas de escatologia e canibalismo, assim como os gêneros suspense, terror e ficção. A narrativa impressiona pela sua atualidade subjetiva, sobretudo pela mensagem assustadoramente verdadeira que nos vincula ao filme: o individualismo ao extremo leva o outro, de quem dependemos, à morte.

Um paralelo mais evidente dessa verdade que tem estrutura de uma ficção — como aparece nos ensinamentos do psicanalista Jacques Lacan — foi a tentativa do presidente dos EUA, Donald Trump, de comprar, de uma empresa alemã, os direitos exclusivos de uma vacina ainda em teste para o coronavírus, como expôs Judith Butler em sua análise necessária sobre a pandemia, publicada no *blog* da editora Boitempo. O direito à exclusividade significaria que todo o resto do mundo poderia morrer, menos o povo escolhido. Evidentemente, no que se refere ao seu desejo, imagina-se que o povo escolhido seja aquele que pode votar nas próximas eleições — e, de preferência, os seus eleitores.

No Brasil, essa verdade chega aos nossos ouvidos diariamente. “Vai morrer mais gente fruto de uma economia que não anda do que do próprio coronavírus”, afirma Bolsonaro em discurso no dia 17. No mesmo dia, questionado, o presidente registra que há uma grande histeria em torno do coronavírus; o pastor Silas Malafaia critica medidas restritivas e nega fechar as portas das igrejas; “Não podemos [parar] por conta de 5 mil pessoas ou 7 mil pessoas

que vão morrer”, coloca Junior Durski, empresário da rede Madero.

O que temos visto nessa escatologia social é a defesa da propriedade e das condições necessárias para a obtenção de lucros acima da vida. Verbalizar sem pudor que a morte de 5 mil ou 7 mil pessoas não importa ou que a preocupação com a pandemia não passa de uma histeria é o mesmo que defecar no povo. Quando o protagonista de *O poço*, Goreng (Ivan Massagué), acordou no nível 6, encaminhando para a parte final do filme, conheceu Baharat (Emilio Buale) no momento em que o novo amigo de cela tentava, com ajuda de uma corda, passar ao nível 5, mas, antes que chegasse lá, a personagem de cima defecara sobre sua cabeça, lançando-o novamente ao nível de origem. Uma cena escatológica que reduz o ser humano a nada, aquele que pode ser matável, tornando explícito o conceito de vida nua do filósofo Giorgio Agamben.

Quando Goreng entra voluntariamente à prisão para conter seu vício de fumar — é revelado logo no início do filme —, acorda na cela 48, vê seu primeiro parceiro sentado à cama e, então, pergunta: “O poço?”. “É, o poço, e o mês mal começou”, responde Trimagasi (Zorion Eguileor). “Então a pergunta é: o que vamos comer?”. “O que vamos comer?”. “É óbvio, o que sobrou de cima.”. “O que tem lá em cima?”. “O nível 47. É óbvio.”. “O que consiste o poço?”, pergunta Goreng. “Óbvio, comer.”.

Trimagasi coloca-se como proprietário da palavra óbvio: “Só se você me prometer que não vai roubar a palavra óbvio”. Esse significante não é

gratuito. Óbvio é uma palavra que expressa o que se naturalizou e não é passível de análise para aqueles a quem a linguagem se assujeita completamente, como um vírus que infecta o corpo. Assim, é óbvio que aqueles das celas acima comerão em excesso sem pensar que os de baixo poderão morrer de fome, além de um ou outro cuspir, mijar e cagar enquanto os restos de comida descem. Para Trimagasi, “existem três tipos de pessoas: as de cima, as de baixo e as que caem”.

Naturalizadas as posições, basta viver assujeitado, o que significa que é natural que a maioria fique com as sobras, outra parte seja matável, enquanto uma minoria que ocupa as posições dos andares acima possa usufruir o que há de melhor.

A verdade assustadora é esta que aponta para a naturalização da vida individualizada, levando mesmo aqueles que estão nos andares mais baixos a pensar somente em si, desconsiderando a possibilidade da partilha do que é essencial à vida. O que faz com que um interno ao poço naturalize práticas individualistas que podem levá-lo à morte? A esperança de poder acordar em um andar superior e, assim, usufruir o que há de melhor, enquanto são oferecidas àqueles que estão embaixo sobras pisoteadas. Essa prisão, que é um mergulho aos horrores de uma sociedade que começa a implodir minada pelo individualismo tosco — Bolsonaro não se preocupa com o covid-19 porque foi “atleta” —, leva as pessoas a sentir mais ainda o mal-estar da ambiguidade entre o medo e a esperança. Medo de ser o próximo a morrer

e esperança de um milagre acontecer. Nesse sentido, a esperança é um afeto que paralisa o sujeito.

Foto 2 – A narrativa do filme *O poço* impressiona pela sua atualidade subjetiva



Fonte: Divulgação

Entre o assujeitamento e a subjetivação

É verdade que o individualismo ao extremo é dominante em *O poço*, mas não totalizante. Os questionamentos de Goreng rapidamente são classificados por Trimagasi: “Você é comunista”. Trimagasi pode ser interpretado como significante de corpos assujeitados à ordem dominante que torna a vida naturalizada — o que é da ordem cultural, mas que adquire sentido de natureza humana; ou, para dizer

de outra forma, é o funcionamento da ideologia. Trata-se de algo que se reproduz na sociedade sem ao menos pensar em suas consequências, como a defesa da lei do mais forte, a existência de uma supremacia racial (basta observar que há um sentimento de supremacia que mobiliza o desejo dos munícipes do sul do país em cultivar uma suposta identidade europeia), a dominação masculina sobre a feminina, o determinismo de gênero etc. Sentimento dessa natureza fez Trimagasi enunciar os motivos de sua prisão: “eu peguei a minha televisão, joguei ela pela janela e ela caiu em um maldito imigrante ilegal”. O imigrante como esse que pode ser matável fez com que “injustamente” um superior fosse preso.

Goreng, ao contrário, funciona como significante de outra ordem. Rapidamente ele percebe que, se cada um comesse o suficiente para matar a fome, haveria comida para todos. O que Trimagasi chama de comunismo nada tem a ver com experiências traumáticas de governos totalitários, mas, sim, com a defesa de práticas de solidariedade, ao perceber que um indivíduo depende do outro — e essa interdependência constitui o fundamento do laço social.

É interessante que, após um mês, os presos acordam em outra cela, podendo sair de um andar superior para andares mais baixos, aproximando-se do fundo do poço, onde não há possibilidade (pelo individualismo) de chegar restos de comida, tornando a vida nua, o que abre espaço para o canibalismo.

Novas formas de assujeitamento

A pandemia do coronavírus é um real que altera nossa realidade. Um estranho que sacoleja a repetição dos dias e a neurotização da vida. Desse contato indesejante, dois campos de forças projetam-se: de um lado, a intensificação de um projeto de vigilância e controle — ancorado no estado de exceção; de outro, novos processos de subjetivação formam-se em reação à forclusão dos laços sociais pela vigilância e pelo controle.

A publicação, pelo presidente, no domingo (22), no Diário Oficial, de uma MP (Medida Provisória) que autoriza suspensão de contrato de trabalho por 4 meses é um exemplo do *modus operandi* do estado de exceção (no dia seguinte o presidente excluiu o artigo temendo a repercussão negativa que causaria). Agora, a realidade é muito mais preocupante pela sua projeção para o futuro, quando o estado de exceção estará a serviço de aprofundar os mecanismos de vigilância e controle.

Na cela em O poço, quando um preso tentava acumular comida, ao descer a “mesa” para o andar inferior, logo uma reação acontecia, como a elevação da temperatura, forçando o condenado a lançar o alimento pelo fosso. A vigilância em confinamento tem função de disciplinar o vigiado. Não se viam câmeras de vigilância ou sensores, apenas presos, a estrutura física e, em poucas vezes, uma grande cozinha industrial com um chefe fiscalizando a qualidade dos pratos, todos escolhidos pelos próprios presos

quando entraram pela primeira vez no confinamento. A estrutura vertical ia da parte superior, na qual se produzia uma deliciosa comida que entraria pela boca dos presos, iniciando pelos andares superiores, e desceria aos poucos até os pratos já raspados chegarem aos andares mais baixos, onde o próprio corpo humano se tornou alimento dos mais fortes. A estrutura vertical apresenta-se como um paralelo entre o corpo e a prisão.

Certamente não estamos numa grande prisão, e muito menos nossa relação com os dispositivos de vigilância são da ordem da disciplina do corpo e para o cumprimento das regras. Ao contrário, nossa relação com a vigilância é voluntária, da ordem do desejo. Nós mesmos fornecemos as pistas para que nossa “alma” seja capturada, assujeitando-nos à lógica do mercado. Enquanto no século XX as forças de dominação estavam concentradas nas formas de reprodução em série e no conteúdo levado, como nos meios de comunicação de massa, agora no século XXI a dominação passa pelo conteúdo oferecido pelo sujeito conectado à *internet*. Seus gostos, suas estruturas de pensamento, seus posicionamentos políticos, suas marcas preferidas, seus pratos favoritos, tudo isso e muito mais compõem a *big data*. A dominação não passa pela massificação do conteúdo, mas pelo domínio dos algoritmos. Se você é evangélico e condena o aborto, receberá no cardápio de seu WhatsApp um político que pensa igual a você e a demonização de outro fazendo com que as chamas de sua fé fiquem ainda mais acesas.

A China, nos últimos anos, tem intensificado os investimentos em vigilância em massa e em tempo real por meio de uma central de análise de dados. Deslocar-se pelas ruas, dirigir um automóvel, entrar numa loja. Seu comportamento controlado e vigiado integra-se a um “cenário de classificação”; o controle no mundo digital compondo o real do virtual nos nossos corpos — algo que, em graus diferentes, praticamente quase todos já vivenciamos. Quando fazemos uma reserva de uma carona paga no Bla-bla-car, temos acesso à pontuação do condutor, e o condutor tem acesso à nossa pontuação, gerando a cultura do autocontrole para uma boa aceitação social e mercadológica.

A vigilância e o controle no mundo digital não se dão mais pela disciplina, mas pelo controle das evidências dos nossos desejos revelados pelo modo como interagimos na *internet* e pela lógica de funcionamento de aplicativos em relação à classificação de seus usuários. Quando isso chega a uma política de Estado, como no caso da China, mas poderíamos citar também os EUA com as revelações feitas por Edward Snowden, vemos silenciosamente e de forma oculta o sequestro de nossa subjetividade. A liberdade que imaginamos ter é a realização do desejo do Outro.

Novos processos de subjetivação

Não há assujeitamento sem subjetivação, assim como não há dominação sem resistência. Em *O Poço*, é Goreng que nega o óbvio, é Imoguari que aparece com sua voluntariedade espontânea, é Baharat que aceita a cruzada de Goreng ao fundo do Poço, é Miharu (Alexandra Masangkay) à procura de sua filha — além de aparecer nos sonhos de Goreng, como se fosse a Dulcinéia de Dom Quixote; eles são forças desviantes.

Nas tentativas de mudar o sistema, o filme termina de forma enigmática por não revelar o que aconteceria com o menino colocado sobre a base que servia de mesa, saindo do fundo do poço às alturas. Lá, acima ainda dos operários — sejam aqueles que preparam as comidas ou os que recebem as pessoas e as encaminham para o poço —, há os “administradores”, sem nome próprio, sem cara, uma espécie de grande irmão, esse personagem fictício de George Orwell. O Big Brother é essa realidade virtual que faz dos corpos a realidade do virtual. Quando o virtual se atualiza nos corpos e se cristaliza, a vida se naturaliza.

Uma pandemia pode desestruturar a realidade naturalizada e fazer nascer novas formas de interagir com o mundo, novos processos de subjetivação. A questão é saber, lá em cima, como se dariam as relações de poder com essa descoberta, ao tornar explícito que os aparelhos de repressão funcionam em conformidade com o estado de exceção — já que seria proibido ter crianças no poço.

Numa leitura cristalizada, aceitando o óbvio, o final de *O poço* poderia ser redentor. O paraíso estaria nas alturas (céu), onde a ceia diária é preparada e, ao descer, o humano, pela sua natureza, transformaria o alimento em pecado, até chegar no fundo do poço, no andar 333 — como são dois presos por cela, chegamos ao número da “besta”, 666. A criança, tendo vencido o inferno, voltaria ao céu mantendo sua pureza e se encontraria com o pai superior.

Diferentemente, em uma leitura que questiona o óbvio, sem esperança, como a proposta, não há céu e inferno, apenas o movimento incansável por dominação que faz, também, emergir processos de resistência (subjetivação) que buscam novas formas de existir e habitar juntos.

Para além das dúvidas, seria bom fazer como Goreng: ter em mão a companhia de Dom Quixote talvez ajudasse a preservar a capacidade crítica de olhar para moinhos de vento e ver monstros. O olhar da personagem, como demonstrou Michel Foucault (2007) em *As palavras e as coisas*, deu independência à linguagem, que deixou de funcionar na representação verossímil do mundo, para a apresentação do mundo, como as coisas (moinhos de vento) representadas/apresentadas pelas palavras (monstros).

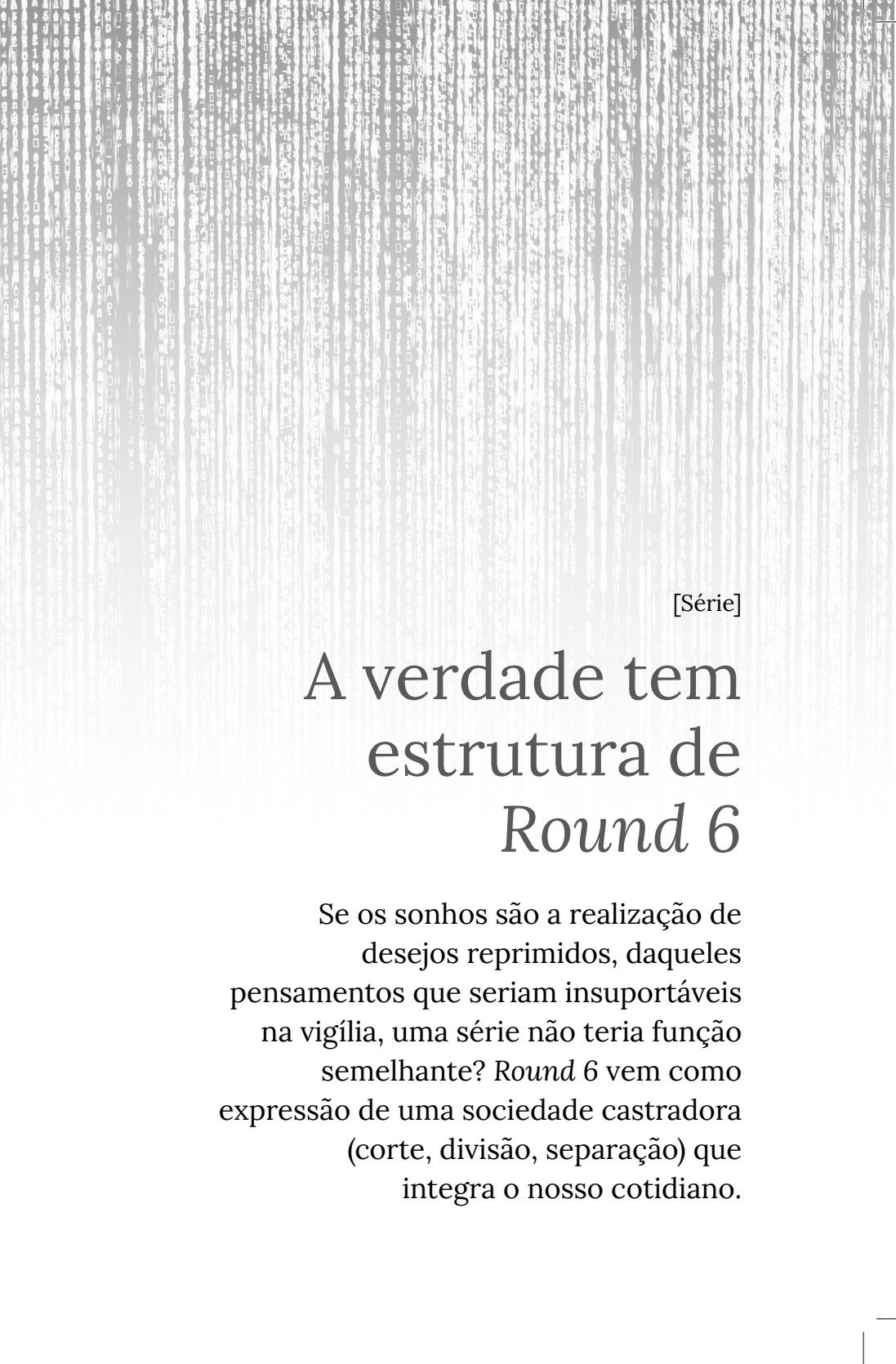
O cavaleiro “errante” desafiava o mundo naturalizado em um devir menor, saindo das literaturas cavaleirescas para se tornar literatura, assim como fez Goreng, sua atualização contemporânea, seja pela semelhança física do personagem ou por sua aventura que desafia os limites da realidade cristalizada. Uma cena emblemática nessa direção é

quando Goreng começa a comer as folhas da obra de Cervantes.

Assim, os moinhos de vento que servem para produzir energia talvez escondessem uma outra realidade, aquela em que é preciso produzir mais energia do que a oferecida pela natureza para manter o princípio da acumulação: acumular muito para poucos e deixar, à maioria, todo o resto.

Desnaturalizar o mundo é o passo “errante” de Dom Quixote/Goreng. Mas qual seria o nosso monstro que se aproveita das ameaças reais — como o coronavírus e tantos outros, sendo alguns imaginários — para reduzir nossos direitos, além de ampliar os mecanismos de controle para estender mais ainda sua sede por dominação?

Publicado em 3 de abril de 2020,
Le Monde Diplomatique Brasil.



[Série]

A verdade tem estrutura de *Round 6*

Se os sonhos são a realização de desejos reprimidos, daqueles pensamentos que seriam insuportáveis na vigília, uma série não teria função semelhante? *Round 6* vem como expressão de uma sociedade castradora (corte, divisão, separação) que integra o nosso cotidiano.

“Onde está teu irmão?
Não sei: sou eu guardião do meu irmão?
Gênesis 4:9

Em “O inferno”, segundo episódio da série sul-coreana *Round 6*, da Netflix, o detetive policial Hwang Jun-ho investiga o desaparecimento de seu irmão. Quando o policial chega à pensão onde Hwang In-ho mantinha seus pertences, a câmera no quarto se move sobre a escrivaninha e foca dois livros; um do psicanalista Jacques Lacan e o outro sobre o surrealista René Magritte. De um lado, o sujeito do desejo, de outro, imagens oníricas, como a obra de Magritte *O império das luzes* (1949), que aparece na capa do livro, integrando dia e noite em uma mesma cena, assim como consciente e inconsciente.

A relação mais direta entre Magritte e Lacan vem de uma outra obra, *Interpretação dos sonhos*, de Sigmund Freud, de 1900, uma espécie de livro de cabeceira dos surrealistas assinada pelo autor, a partir do qual Lacan construiu seus seminários. Em Freud, os sonhos expressam os desejos não realizados, ou seja, o que fica reprimido na vida consciente retorna em sonhos (e também via chistes, atos falhos e sintomas). Na epígrafe do livro de Freud (1996), “*Flectere si nequeo superos, Acheronta movebo*” (“Se não posso dobrar os céus, Moverei o inferno”), citação retirada do clássico da literatura escrito por Virgílio, *A Eneida*. Para a psicanálise, é preciso mover, assim como nos versos, a parte mais profunda do psiquismo, o inconsciente, para trabalhar as neuroses humanas.

Round 6 e o círculo das paixões reprimidas

Evidentemente, uma série não é um sonho. Mas se os sonhos são a realização de desejos reprimidos, daqueles pensamentos que seriam insuportáveis na vigília, uma série não teria função semelhante? A série *Round 6*, do criador Hwang Dong-hyuk, vem como expressão de uma sociedade castradora (corte, divisão, separação) que integra também o nosso cotidiano — falta de emprego, reforma trabalhista que retirou direitos dos trabalhadores, ausência de políticas públicas, criminalização das minorias, reproduções autoritárias nas instâncias de poder resultando em humilhações etc.

Não é à toa o sucesso de *Round 6*. Sua audiência pode ser menos pelo conteúdo violento e explícito e mais por evidenciar a violência social a que as pessoas são submetidas diariamente. O conteúdo nos toca subjetivamente por revelar o que desejamos quando a injustiça bate à porta, mas que jamais admitimos sob o manto da civilidade. Um filme que tem efeito semelhante é *O poço*, de 2019, que integra também o catálogo da Netflix.

Diante de uma realidade que fere, a ficção vem como um espelho que torna suportável a experiência. Não seria esse um dos ensinamentos de Lacan ao dizer que “a verdade tem estrutura de ficção”? O sucesso de *Round 6* resultaria dessa identificação na qual o outro, a outra cena, carrega traços da nossa experiência, mas, claro, sob a máscara do

entretenimento. A máscara burla o mecanismo psíquico de defesa daquilo que é insuportável e assim tem uma função; insuportável assim como foi para Hwang Jun-ho descobrir que o mascarado, gerente dos jogos mortais, é Hwang In-ho, seu próprio irmão. Na cena do oitavo episódio, “O líder”, somos acometidos pela expressão facial de Jun-ho quando o mascarado revela sua identidade, tão aterrorizante quanto as cenas de violência explícitas nos jogos infantis.

A violência na série vincula-se a violências diárias como: a negação de absorventes às mulheres carentes; as suspeitas de que o ministro da Economia, Paulo Guedes, possa ter lucrado com a valorização do dólar enquanto parte da população se submete a comprar ossos e restos de carne; quando governistas negam a eficácia da vacina e zombam dos mais de 600 mil mortos em consequência da covid-19. Diante da violência cotidiana, a ficção nos vincula ao conteúdo explícito sem que a cena se apresente de maneira insuportável, já que ela nos vem como uma peça de ficção.

Em *Round 6*, 456 pessoas são convidadas a participar de uma misteriosa competição inspirada em brincadeiras de infância, mas somente uma sobreviverá. Em comum, todos são endividados ao extremo, ao nível de não poder retroalimentar o sistema que lucra com o próprio endividamento das pessoas. Tornam-se descartáveis. Matáveis. Nos jogos, emoções reprimidas, sufocadas. Não são difíceis de descrever os tipos de paixões trabalhadas na série: arrogância, delação, ódio, vingança, cólera, ciúme, covardia,

medo e, a mais banalizada de todas, a violência. Paixões e mortes, elementos perfeitos para os apostadores do *reality show*. De quais paixões mesmo mais se alimentam as mídias que integram nossa realidade? De onde mesmo vem o lucro dos programas televisivos, radiofônicos, dos aplicativos de internet? O que faz *posts* de redes digitais e vídeos “bombarem”? Não estaríamos todos nós às voltas dessa lógica que retroalimenta o círculo de tais paixões?

A violência na série dissemina-se em nós como zuniados de pernilongos num dia quente de verão, incomoda, mas não cessa de integrar a nossa realidade.

Foto 3 – O crime como forma de despertar paixões nos espectadores



Fonte: Reprodução / Netflix

Mito bíblico atualizado

Na série, aos poucos somos levados a uma trama que remonta ao mito hebraico de Abel e Caim, já

que o detetive Hwang Jun-ho se infiltra na estrutura dos jogos infantis e vorazes até seu desfecho, quando leva um tiro do irmão e cai de um penhasco — como se atualizasse a passagem bíblica. Fica a dúvida se, na próxima temporada, Jun-ho ressuscitará, deslocando-se de um mito bíblico para outro, como o de Lázaro.

No mito hebraico narrado no livro “Gênesis”, Caim e Abel querem agradar a Deus com suas oferendas sacrificiais. Quando Caim percebe que os animais sacrificados por Abel agradam mais a Deus, ele (Caim) se enche de ira e mata o irmão. “Onde está teu irmão?”, ecoa a voz celestial. “Não sei: sou eu guardião do meu irmão?”

O filósofo Emmanuel Levinas mostrará a partir deste mito que o assassinato é, acima de tudo, um ato contra si mesmo. Diferentemente do que Caim pensava, seu irmão é responsabilidade sua. Estaríamos, no que defende Levinas, diante de um caso que fere a ética da alteridade. Não há como o humano sobreviver sozinho. Um bebê, quando nasce, não sobrevive um dia sem amparo; é a partir do outro que ele sobrevive. Se há uma ética em defesa da humanidade, essa é a da alteridade.

Na via lacaniana, os mitos organizam as estruturas simbólicas. A violência entre os irmãos, do mito bíblico à série, revela a violência entre os irmãos da comunidade social.

Janela indiscreta

Contrariamente, a série tem sido uma janela indiscreta aos moralistas de plantão, incomodados com a violência e os efeitos que pode causar nas crianças. Algumas críticas ressoam falas dos chamados “liberais” que confundem, propositalmente, liberdade econômica e moral, misturando os sentidos quando convém. A série está disponível na Netflix, plataforma de *streaming* que oferece perfis para crianças, ou seja, que oculta do catálogo filmes e séries que não são próprios para suas idades. Então, por que a série é alvo de críticas moralistas? Simples, porque a violência que se vincula ao cotidiano de uma sociedade desigual fere o posicionamento ideológico de quem vive em função de sua reprodução.

Quando pais não estabelecem limites aos filhos, a insuportabilidade da permissividade vem como acusação ao outro daquilo que compete a si. Essa é a cena em que moralistas estão enroscados: a cena de acusar o outro daquilo que deseja, mas não tem coragem de fazer.

Teríamos, nesse caso, que operar inversamente. Enquanto o filme se vincula a uma incômoda sensação de que seu conteúdo diz algo das injustiças deste mundo, vêm os conservadores na busca de tamponar a angústia que a recusa ao desejo produz. No fundo, o que querem dizer é: “não assistam à série”.

A cabeça de Medusa

Em um pequeno texto publicado em 1940, um ano depois de sua morte, Freud articula a cabeça decapada da Medusa (mitologia grega) com a castração. O medo da Medusa é o medo da castração que se origina na fase infantil. O horror à castração desdobra-se também em horror aos inimigos que podem colocar o sujeito em falta, diante de sua castração.

Se o olhar da Medusa petrifica o observador, não é de estranhar que o primeiro episódio da série — “Batatinha frita 1, 2, 3” — já se mostre tão assustador. Em alguns lugares, a brincadeira é chamada Congelar, ou seja, quando uma pessoa está na posição de Medusa, ela fica de costas para os outros participantes da brincadeira. Ao se virar, aquele que não estiver paralisado sai da brincadeira. Na mitologia, quando o sujeito olha para a cabeça da Medusa, com as serpentes, ele congela e morre. Poderíamos dizer: quando o sujeito está diante da castração, ele se paralisa e morre. Na brincadeira, aquele que não fica em posição de estátua é eliminado; na série a eliminação é literal (e não simbólica). O horror não se origina na cena violenta da série, mas no modo como a série se articula com os limites impostos pelo “outro” no decorrer de nossa constituição enquanto sujeitos.

Podemos dizer ainda que, quanto mais o sujeito renuncia à satisfação pulsional, mais ele se horroriza com a série — para retornar às críticas de cunho moral que a série tem recebido —, colocando-se

como um messias que precisa purificar o mundo, mesmo que seja aderindo à segregação social. Enquanto isso, o presidente Jair Bolsonaro aparece em vários eventos com crianças no colo, na maioria das vezes, simulando com os dedos uma arma. O evento mais recente envolveu uma criança usando farda da Polícia Militar de Minas Gerais e segurando uma arma de brinquedo durante visita a Belo Horizonte, em 30 de setembro de 2021. Para muitos, a realidade dos fatos não incomoda, enquanto a ficção surge como um problema.

Publicado em 20 de outubro de 2021,
Le Monde Diplomatique Brasil.

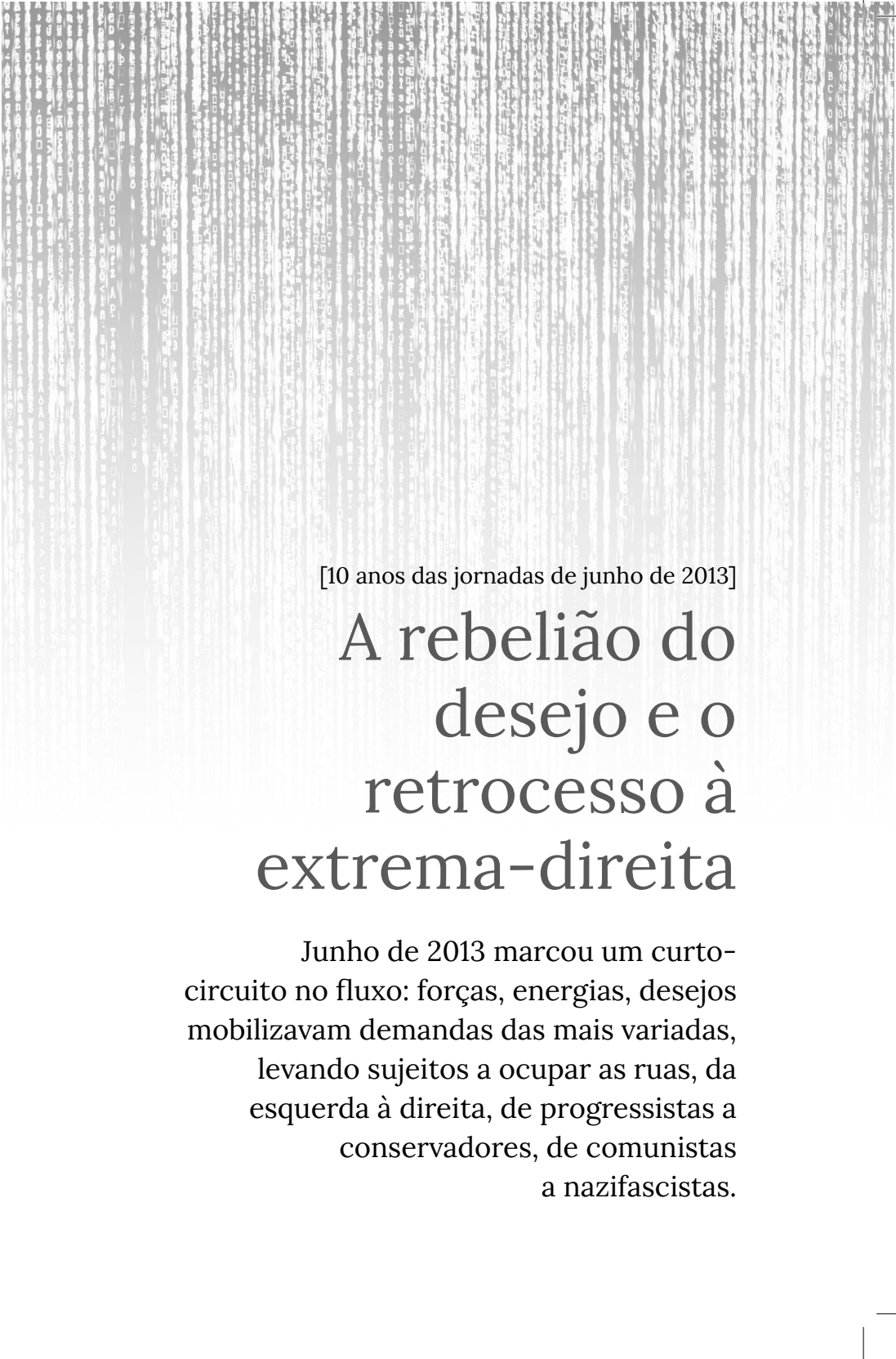




Parte II

O gozo fascista





[10 anos das jornadas de junho de 2013]

A rebelião do desejo e o retrocesso à extrema-direita

Junho de 2013 marcou um curto-circuito no fluxo: forças, energias, desejos mobilizavam demandas das mais variadas, levando sujeitos a ocupar as ruas, da esquerda à direita, de progressistas a conservadores, de comunistas a nazifascistas.

Os sinais já podiam ser sentidos desde 2011, com as mobilizações pelo norte da África — na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen — derrubando ditaduras. Depois, os indignados da Europa, as revoltas dos subúrbios de Londres, o grito dos estudantes no Chile e os protestos do Occupy Wall Street, nos Estados Unidos. Nas manifestações, ouviam-se enunciados que poderiam ser de revoltas de diferentes lugares. No Occupy Wall Street, observou o filósofo Slavoj Žižek, um rapaz levanta um cartaz: “Estão nos perguntando qual é o nosso programa. Não temos programa”. Poderia, tranquilamente, ser um cartaz de um dos manifestantes de junho de 2013 no Brasil.

A onda de protestos no Brasil de 2013 foi marcada no início por uma pauta social, a luta contra o aumento da tarifa de ônibus, organizada pelo MPL. Não se tratava de uma pauta singular; estava inserida em um panorama histórico do movimento, destacando a Revolta do Buzu, de Salvador, em 2003, passando pela Revolta da Catraca, de Florianópolis, em 2004, à defesa pela lei do passe livre e a inserção da pauta no Fórum Social Mundial de 2005, em Porto Alegre. Logo depois das duas primeiras semanas, porém, as manifestações se pulverizaram nas mais diferentes demandas, num movimento enlouquecido que deixou sob vertigem os mais astutos analistas.

Boa parte das análises à época ficava às voltas da impossibilidade de fazer uma síntese dos protestos diante da variação crescente de demandas, com manifestações em mais de 380 cidades. Essa impos-

sibilidade era enfrentada como um problema, e não como a potência das jornadas. Peter Hakim, então presidente do Diálogo Interamericano, publicou uma análise no *Estadão*, em 27 de junho de 2013, em que apresentou a resposta de uma jovem manifestante sobre o que se queria com as manifestações: “Nós queremos tudo, e queremos agora” (Hakim, 2013). É no que não se consegue nomear (o que é esse tudo?) a marca da potência das jornadas.

“Queremos tudo” aponta para um leque infinito de possibilidades, mas cada sujeito se inscreve à sua maneira, seja pela indignação do aumento da tarifa de ônibus, seja por considerar precários os serviços públicos, seja mesmo por se identificar com uma causa ambiental, como os manifestantes de uma pequena cidade litorânea de Santa Catarina, Itajaí, ao defender uma praia silvestre da especulação imobiliária.

“Anota aí: eu sou ninguém” e a saída de Ulisses

O filósofo Peter Pál Pelbart (2013a) descreveu uma cena que toca o coração das jornadas de junho de 2013. Quando um repórter policialesco tentou expor a identidade de uma manifestante do Movimento Passe Livre (MPL), ela rapidamente respondeu: “Anota aí: eu sou ninguém”. Para Pelbart, isso mostra “como certa dessubjetivação é condição para a política hoje. Agamben já o dizia, os poderes não

sabem o que fazer com a ‘singularidade qualquer’”. A enunciação “eu sou ninguém” ganha força ao escapar da identificação que um jornalista poderia usar para criminalizar a manifestante. Dessubjetivar significa escapar das classificações que funcionam para dominar. Na primeira semana de junho de 2013, a mídia *mainstream* reduziu os protestos a vandalismo.

Essa posição da manifestante do MPL remonta ao modo como Ulisses escapou do ciclope Polifemo, personagem de um olho da mitologia grega, filho de Poseidon, deus do mar. Após dez anos distante de Ítaca, Ulisses e seus homens chegam à ilha dos ciclopes e à caverna de Polifemo. Quando o gigante retorna à sua caverna e vê que estão consumindo seus alimentos, agarra dois dos homens e devora-os. Ulisses aproxima-se e oferece-lhe vinho tinto: — Toma, ciclope, experimenta este vinho, uma vez que comeste carne de gente. — Como é que te chamas, homenzinho? — perguntou o gigante. — O meu nome é “Ninguém” —. Depois de embriagar o ciclope, que adormece, Ulisses aproveita para enterrar um pedaço de pau no único olho de Polifemo, que berra. Depois, um outro ciclope, ao ver Polifemo, já cego, pergunta: — Quem fez isso contigo? — Polifemo responde: — Ninguém. — A astúcia de Ulisses ao ganhar a batalha contra o ciclope lembra a personagem “Eu sou ninguém”, que escapou do interrogatório policiaisco.

Esse processo de dessubjetivação lembra também uma personagem da literatura, Bartleby, do conto *Bartleby, o escrivão: uma história de Wall Street*, do escritor norte-americano Herman Melville (1819-1891), publicado originalmente em 1853

(Melville, 2015). Nele, o narrador — patrão da personagem principal — relata a intrigante tentativa de interagir com o seu funcionário, Bartleby. Todas as vezes que solicitava uma ação para além das suas funções, Bartleby sempre lhe respondia com a mesma frase: “Preferiria não”.

O filósofo Giorgio Agamben (2007) observará a potência do não em Bartleby, personagem que se esquivava às tentativas de seu patrão de absorver toda sua energia e liberdade com tarefas que não competem ao seu trabalho de escrivão. Assim, “eu sou ninguém” ou “preferiria não” são enunciações cuja potência é negar que o outro — jornalista ou patrão — exproprie suas vidas e liberdades.

O desejo é revolucionário

Em *O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia*, Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010, p. 121) mostram que o desejo é força motriz da revolução porque faz passar “estranhos fluxos que não se deixam armazenar numa ordem estabelecida”. É uma força que se faz sentir em processo e mediante agenciamentos coletivos. Os agenciamentos formam-se no fluxo dos acontecimentos. Junho de 2013 marcou um curto-circuito no fluxo: forças, energias e desejos mobilizavam demandas das mais variadas, levando sujeitos a ocupar as ruas, da esquerda à direita, de progressistas a conservadores, de comunistas a nazifascistas.

Deleuze e Guattari acertaram ao associar o desejo também às forças de destruição, indo na direção da pulsão de morte tematizada por Sigmund Freud (2006) em *Além do princípio de prazer*, de 1920. Assim, há desejo de humilhação, de autodestruição, de submissão. Para os pensadores franceses, “Hitler dava tesão nos fascistas”. Na realidade atual diríamos que o “mito” dá tesão nos seus seguidores. Para os autores, o desejo fascista sucede a uma revolução conservadora. Ora, os gritos de “o gigante acordou” de manifestantes enrolados na bandeira brasileira indicam a destruição deste mundo — democrático — para, com as cinzas, construir um mundo enraizado em “Deus, pátria e família”, lema do fascismo.

A língua é fascista

Podemos retomar a aula inaugural de Roland Barthes para o Collège de France, em 1978, ao dizer que “a língua, como *performance* de toda a linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é, simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (Barthes, 1992). Se a linguagem é a estrutura que interpela o sujeito, ela o faz a serviço do poder.

“O gigante acordou” é um *remake* do que se ouvia nas ruas durante o golpe militar. O *slogan* foi ecoado pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade, nome de uma série de manifestações de março a junho de 1964, constituindo o principal movimento popular de apoio ao golpe, ocorrido no dia 31 de

março daquele ano. Não é de estranhar que o grito “o gigante acordou” emergiu no decorrer das revoltas de junho de 2013 e com força moral em manifestantes enrolados na bandeira nacional. O mantra foi repetido também pela mídia como uma grande celebração das massas, mas depois da segunda semana, quando o foco já não era mais a redução da tarifa do transporte público.

Aqui devemos seguir os passos de Michel Foucault: onde há poder, há resistência. “Eu sou ninguém” ou “Queremos tudo”, seja pela falta, seja pelo excesso, são formas de dessubjetivação que provocam um curto-circuito na estrutura. A língua é fascista, como afirma Barthes, porém o modo como o falante se inscreve nela pode produzir resistência à ordem estabelecida.

A rebelião do desejo

Durante as jornadas de junho de 2013 circulou nas redes sociais uma releitura do quadro *A traição das imagens* (1928), de René Magritte, conhecida como Isto não é um cachimbo. A releitura apresenta a imagem de quatro moedas de 5 centavos e abaixo a frase “*Ceci n’est pas vingt cents*”. Indiretamente, “Isto não são vinte centavos” indica que a luta não era somente contra o aumento da tarifa de ônibus, mas fica um não dito sobre o que de fato se quer. O que fica sem dizer é o motor do jogo da diferença, é a força que impulsiona a tomada das ruas.

Aqui podemos recorrer à fórmula freudiana: o que não é simbolizado o sujeito repete em ato. A multiplicidade de manifestações — dos 20 centavos ao “o gigante acordou” — é o desejo colocado em ato, já que os enunciados, muitos deles em cartazes, apontam para uma generalização sem explicitar as causas da tomada das ruas. A potência das manifestações de junho de 2013 estaria nessa pressão social não simbolizada, mas que se apresenta em ato.

Figura 1 – Imagem sem autoria que circulou nas redes sociais em junho de 2013



Fonte: Autor desconhecido

Em uma imagem da multidão nas ruas com cartazes levantados, pode-se ler “Me organizan-

do posso desorganizar”, uma referência à música *Da lama ao caos*, de Chico Science e Nação Zumbi, mas basta deslocar um pouquinho o olhar para encontrar “Verás que um filho teu não foge à luta”. Deslocando um pouco mais encontramos ainda o cartaz “Vocês não contavam com nossa astúcia”, como se o autor tivesse lido a aventura de Ulisses na ilha dos ciclopes, que, como vimos, com “astúcia” conseguiu enganar o gigante nomeando a si mesmo de “Ninguém”. Não há coerência; é uma rebelião de desejos em cena.

A tomada do Congresso

Em uma imagem dos protestos de junho de 2013, manifestantes ocupam a marquise do Congresso Nacional, em 17 de junho, de onde se ergue a taça gigante de concreto — a taça do desejo. O protesto acontecia aos gritos sem que ecoasse uma bandeira de luta. Enquanto os braços eram erguidos com objetos às mãos diante das luzes, o espetáculo das sombras cobria a taça. O que se via era uma anamorfose dos sujeitos, como se eles mesmos estivessem elididos diante de suas projeções. O prédio, símbolo da democracia, estava tomado pelas sombras, que olhavam para os espectadores.

Foto 4 – Manifestantes do Congresso Nacional



Fonte: Mídia Ninja

Essa fotografia, na qual as sombras ganham centralidade, funciona como metáfora do desejo que não se revela totalmente à consciência. Os manifestantes quase somem diante das grandes sombras que se projetam. Assim, devemos inverter o olhar: são os manifestantes que se projetam a partir do desejo. O centro da análise passa para a rebelião do desejo, porque o Estado, os partidos, os jornais, as centrais sindicais, as organizações não governamentais perderam o domínio, mesmo que buscassem desesperadamente o controle da narrativa sobre o que acontecia.

A defecação no Congresso

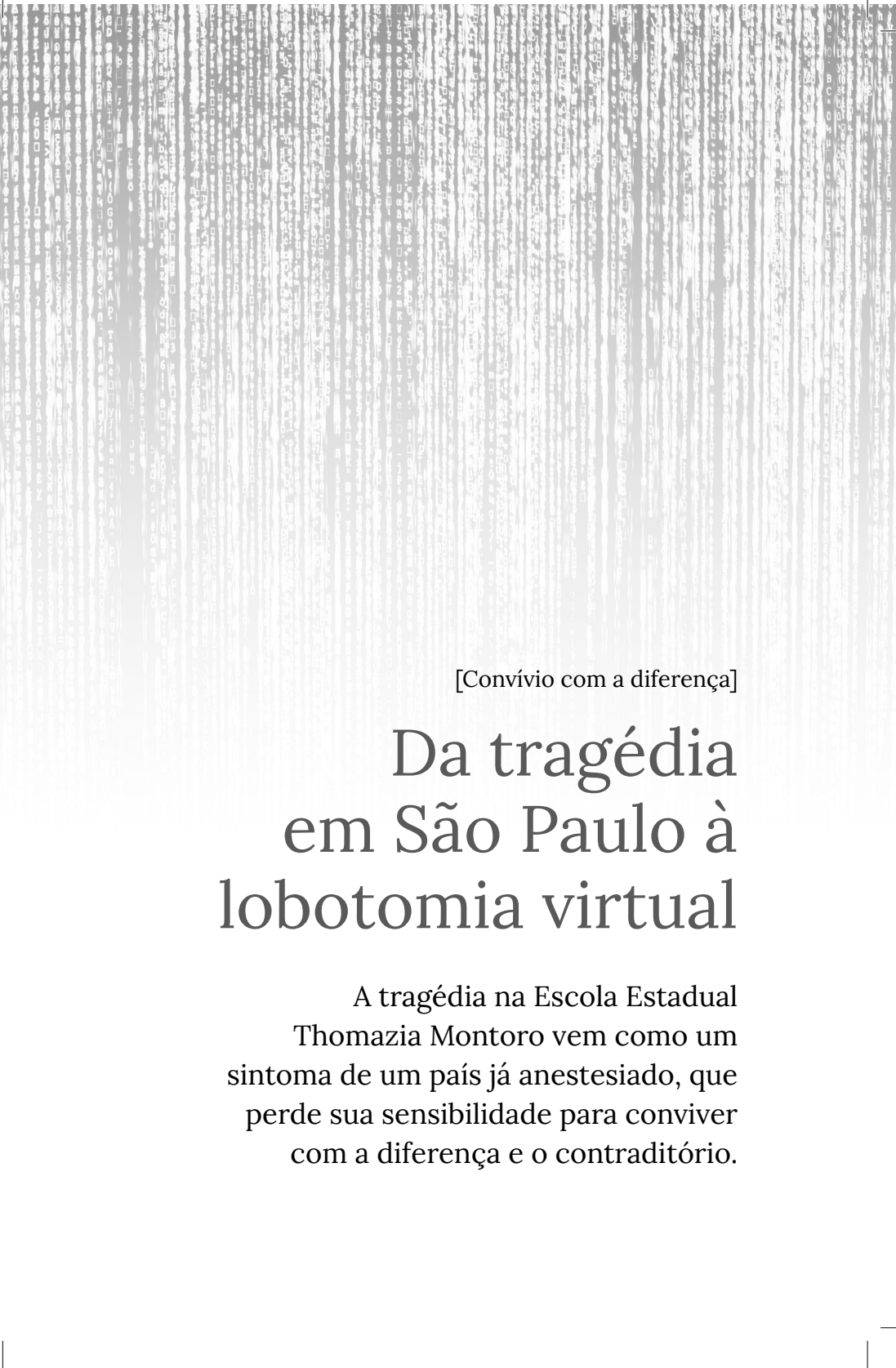
O retorno às jornadas de junho de 2013 vem após sucessivos eventos traumáticos: a criação de movimentos neoconservadores — como o Movimento Brasil Livre, fundado em 2014 —; o golpe político-jurídico-empresarial à presidenta Dilma Rousseff, em 2016; e a ascensão da extrema-direita ao poder depois da vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. Isso leva-nos à gangorra entre a rebelião do desejo e os modos como se deu a apropriação das narrativas para determinar os rumos da política e da economia.

A imagem que melhor sintetiza 2023 foram os ataques, no dia 8 de janeiro, ao Palácio do Planalto, ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal por apoiadores do ex-presidente. Depredaram o patrimônio público e, literalmente, defecaram nele. Um bolsonarista agacha-se sobre uma mesa do Congresso Nacional e despeja sua “obra”.

A cena aponta para a fase arcaica da vida. Faz parte do aprendizado de uma criança controlar seu esfíncter anal. Nesse processo, a criança chama com euforia seus pais para mostrar sua “obra”, as fezes. No caso do 8 de janeiro, esse gesto foi realizado tardiamente, na vida adulta, com os vídeos gravados e transmitidos pelos apoiadores do ex-presidente. Seria um presente para Bolsonaro? No plano consciente, a mensagem está clara: estamos cagando para o Congresso; ou estamos cagando para a democracia.

Publicado em 21 de junho de 2023,
Le Monde Diplomatique Brasil.





[Convívio com a diferença]

Da tragédia em São Paulo à lobotomia virtual

A tragédia na Escola Estadual
Thomazia Montoro vem como um
sintoma de um país já anestesiado, que
perde sua sensibilidade para conviver
com a diferença e o contraditório.

No último microensaio do livro *A expulsão do outro*, nomeado “Escutar”, o filósofo Byung-Chul Han (2021a) vislumbra num futuro uma nova profissão, a do escutador. Curioso é que o psicanalista poderia se chamar escutador, mas é negligenciado por Han. Em uma das passagens: “O escutador é um espaço de ressonância no qual o outro fala livremente. Assim, o escutar pode ser curativo” (Han, 2021a, p. 77). A escuta advém de uma posição de suspensão da moral e do juízo para que o outro circule a palavra desgarrada de padrões que inibem o sujeito. O que mobilizaria a presença de escutadores, para Han, seria a onipresença da comunicação digital, impessoal, que se dá sem a presença do outro, “sem olhar e sem voz”.

O escutador ausente na tragédia na escola Thomazia

A tragédia na Escola Estadual Thomazia Monitoro, em São Paulo, que resultou na morte de uma professora, no dia 27 de março de 2023, além de deixar outras cinco pessoas feridas, praticada por um adolescente de 13 anos, vem como um sintoma de um país já anestesiado, que perde sua sensibilidade para conviver com a diferença e o contraditório. Esse é mais um triste evento que coloca a escola no centro do alvo de práticas de intolerância e se junta a outros discursos de ódio.

No Twitter, as manifestações do agressor revelavam sua intenção: “Vcs acham que eu faço

amanhã e vê o que vai acontecer sem um armamento decente ou não?”. O portal *Pragmatismo Político*, em 28 de março, identificou que “um usuário anônimo, dedicado a publicar vídeos e fotos homenageando os autores de crimes como os massacres de Suzano e de Aracruz perguntou: ‘Como vc vai fazer isso?’”.

Não é de hoje que a escola se tornou um mal, passando do discurso de ódio ao ato. Junta-se a esses casos mais gritantes uma discursividade ampla que disputa espaço na partilha política. A escola está no núcleo do debate político para a extrema direita no Brasil — sobretudo com o surgimento de grupos como o Movimento Brasil Livre em 2014, passando pelo debate desonesto sobre “ideologia de gênero”, até a chamada *homeschooling*; um dos objetivos é impedir o aluno do contato com o diferente e com ideias consideradas “degeneradas”. A escola ganha o sentido de antro de corrupção moral que desvirtua os alunos, das séries iniciais à universidade, dos valores da chamada família de bem. Em síntese, esse ponto de vista remonta a uma visão contrária aos valores universais que situa a escola como lugar de todos e no horizonte dos direitos humanos.

O distanciamento entre agressor e agredido nas mídias de conexão cria um descompasso social que inibe a empatia pelo outro. Essa é uma questão que se refere ao debate dos meios de comunicação de massa, mas que adquire novos contornos com a comunicação digital.

Mídia, anestesia e violência

Susan Buck-Morss, filósofa americana, fez este diagnóstico sobre a estética e a política na modernidade: o excesso de informações e a exploração de sensações produzem a anestesia corpórea. Na releitura das teorias de Walter Benjamin, Susan fala sobre o modo como as massas preenchem a tela no filme de Leni Riefenstahl *O triunfo da vontade*, de 1935: “A estética faculta uma anestesia da recepção, [...] mesmo quando a cena é uma preparação, por meio de ritual, de toda uma sociedade para o sacrifício inquestionável e, no limite, para a destruição, o assassinio e a morte” (Buck-Morss, 1996, p. 39).

De um lado, os personagens da mídia (tela) estão ausentes para os espectadores; de outro, os espectadores realizam certas operações cognitivas porque os corpos enaltecidos ou em sofrimento estão no espaço representacional. O nó da questão é a ausência do corpo do outro, que inibe a sensibilidade. Para Susan, “no cinema suportamos as mais eróticas provocações, os atos mais brutais de violência, mas não fazemos nada. Corta-se a continuidade entre cognição e ação” (Buck-Morss, 2009, p. 32).

No dia a dia, as notícias sobre guerras, violência nas cidades, ameaças do chamado “mercado”, intolerâncias de toda ordem causam um choque no cotidiano, levando-nos a criar uma proteção, à qual Buck-Morss chama de “escudo entorpecente” da consciência. E o cinema poderia ser a arte capaz (não faltariam bons exemplos) de atravessar esse escudo,

mas, ao contrário, quando apreendido para o entretenimento das massas — Benjamin cita o fascismo como exemplo —, acaba reforçando outra forma de anestesia.

Para atualizar o debate, em outubro do ano passado (2022), foi lançado nos Estados Unidos o filme *Terrifier 2*, uma experiência de dissecação do corpo ainda vivo numa narrativa fílmica miserável. Resume-se à carnificina gratuita. Seu grau de violência representacional pode ser mensurado a espectadores anestesiados. Para haver alguma reação, é preciso retirar quase toda narrativa e dar um zoom à violência. Algo semelhante no campo da pornografia, se fosse possível produzir órgãos sexuais em laboratório e colocá-los em relação, o voyeur realizaria seu desenho de forma mais objetiva, sem desviar a atenção com outras partes do corpo.

Quando a fala falta, vem a agressividade

O descompasso social com a ausência do outro de carne e osso, acrescido do fluxo frenético de conteúdos e do agenciamento por algoritmos que favorece o surgimento de bolhas da internet, contribui para a inibição à lembrança, à narrativa e à reelaboração de experiências dolorosas.

Em *Recordar-se, repetir e elaborar*, de 1914, Sigmund Freud (1990) nos dá pistas do caminho para mitigar a agressividade. Para o pai da psicanálise, o

sujeito repete, inconscientemente, aquilo que não é possível ser lembrado. Podemos articular com as violências que estruturam nosso cotidiano, muitas delas oriundas de hierarquizações que se formam a partir da raça, da sexualidade, do gênero, do credo e da classe produzindo os “ismos”, como o racismo e o machismo. A hierarquia é um passo além da classificação, funciona para enaltecer certos grupos e humilhar outros. A psicanálise é um dos caminhos possíveis para o sujeito se desvencilhar dos seus sintomas produzidos nas relações com os “outros”.

Fazer a palavra circular é o caminho para a elaboração. Elabora-se somente aquilo que entrou para o registro da palavra. Para Freud, as experiências dolorosas que não são simbolizadas retornam em ato, em agressividade.

Da anestesia à lobotomia algorítmica

Não estamos mais no domínio dos meios de comunicação de massa, mas, sim, sob um céu aberto do ciberespaço e colonizado (não somente) por aves de rapina à espreita de presas fáceis para colocar em ato o ódio pelo outro, marcado pelo jogo de eliminação da diferença — de raça, de gênero, de classe, de opção política. Nenhum outro espaço coloca com mais propriedade a importância do convívio com as diferenças como parte do processo educativo e civilizatório do que a escola presencial. Seria esse um dos motivos de tanto ódio e combate à escola?

O convívio com a diferença pode ser entendido como a dimensão fundamental da escola, que vai muito além dos conteúdos escolares. No entanto, há um currículo fora da escola que produz mais do que a anestesia observada por Susan; esse currículo forma um novo mapa subjetivo, uma espécie de lobotomia virtual, ou uma virtualização do real, que ganha dimensões trágicas com a segregação (bolha) agenciada na grande rede.

A angústia como afeto político

Nas telas que se multiplicam nas palmas das mãos, o choque com a tragédia na escola veio com o vídeo feito por câmeras de segurança. Nesse cenário, a mídia exerce duas funções antagônicas: de um lado, torna pública a violência chocante, despertando alguma reação nos espectadores; de outro, alimenta-se da violência para aumentar a audiência.

Na via de Susan, poderíamos supor que, quanto mais anestesiados os corpos, maior o grau de violência à espera de um choque de realidade, como se o internauta precisasse ser sacolejado para manifestar alguma reação. Na segunda proposição, quanto mais anestesiados os corpos, mais eficiente é o processo de lobotomia virtual, até reduzir o sujeito a um corpo que realiza em ato o discurso de ódio.

Há, no entanto, uma dimensão política — compreendendo-a no sentido de dissenso proposto por Jacques Rancière — que vem, na articulação com a

psicanálise, como sinal de humanidade: a angústia. Uma dimensão que escapa à racionalidade e vem como um afeto que não erra, aponta para uma verdade desconcertante. Para o psicanalista Jacques Lacan, o único afeto que não engana é a angústia. Sua causa não se encontra em um objeto da realidade, mas indica um mal-estar. A angústia, assim, pode ser interpretada como um afeto político, que sinaliza para uma realidade em descompasso com o desejo.

Uma pequena fórmula pode nos ajudar a calibrar essa dimensão ética do desejo: quanto mais o sujeito renuncia ao seu desejo, mais a angústia o acomete. Poderíamos nos perguntar de qual desejo se fala? Não pode ser sobre aquilo que está legislado, consensuado, que vem como demanda do Estado, do partido, da empresa, da publicidade, do jornalismo, dos grupos do WhatsApp ou de uma Brasil Paralelo marcada pela produção de *fake news*. O desejo do sujeito inscreve-se na singularidade, na diferença em jogo. A eliminação do outro pela sua diferença é a renúncia do próprio desejo naquilo que marcaria sua potência.

Publicado em 31 de março de 2023,
Le Monde Diplomatique Brasil.



“Hitler é melhor que Jesus”

Brasil em transe

O transe coletivo de apoiadores de Bolsonaro após sua derrota nas urnas produziu uma série de ações como resposta ao sofrimento inscrito na estrutura neurótica: sofrimento que advém, neste caso, do *déficit* entre a realidade dos fatos e a psíquica.

“Hitler foi melhor que Jesus, pelo menos expurgou o que não prestava”. Esse é o recorte do diálogo de um professor de história, em Santa Catarina, que revela uma conhecida declaração atribuída a Fiódor Dostoiévski, em seu *Os Irmãos Karamazov*: “Se Deus não existir, então tudo é permitido”. Mas é no contexto da queda de Bolsonaro, com o lema fascista “Deus, Pátria e Família”, que Hitler aparece como melhor que Jesus — uma morte simbólica no coração do imaginário cristão.

A relação apressada entre morte de Deus e permissividade generalizada apenas alimenta as práticas protofascistas. Há uma subversão do dito de Dostoiévski (2008) feita pelo psicanalista Jacques Lacan que funciona melhor: “Se Deus não existir, então nada é permitido”. Pode-se ler pela via da afirmação: se Deus existir, aqueles que se colocam como instrumento direto dele tudo podem. Em nome de Deus, pode-se clamar por golpe militar; homenagear torturador; manifestar desejo pedófilo ou sugerir o fuzilamento dos petistas. Vive-se, na organização psíquica daqueles que se colocam como instrumento de Deus, um estado de exceção em que as leis de um regime democrático ficam suspensas para “expurgar o que não prestava”. Poderíamos dizer que, em nome de Deus, cria-se o apocalipse, a distopia contemporânea.

O filósofo esloveno Slavoj Žižek (2015), seguindo Lacan, argumenta que a lição do terrorismo atual — sobre os atentados do 11 de setembro nos Estados Unidos — é que:

se Deus existe, então tudo, incluindo explodir milhares de pessoas inocentes, é permitido — pelo menos àqueles que alegam agir diretamente em nome de Deus, já que, claramente, uma ligação direta com Deus justifica a violação de qualquer refreamento e consideração meramente humanos.

O transe coletivo de apoiadores de Bolsonaro após sua derrota nas urnas produziu uma série de ações como resposta ao sofrimento inscrito na estrutura neurótica: sofrimento que advém, nesse caso, do déficit entre a realidade dos fatos e a psíquica. Bloquear rodovias e ter orgasmos coletivos com anúncios falsos sobre uma prisão do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, são apenas respostas suportáveis à assimetria entre o imaginário (em boa parte alimentado com *fake news*) e o campo simbólico (estruturado por leis sobre as quais a sociedade se ergue).

Foto 5 – Bolsonaristas fizeram saudação nazista em São Miguel do Oeste (SC)



Fonte: Reprodução/Twitter

O horror diante da possibilidade de fim das hierarquias

Bolsonarismo. Extrema-direita. Neoconservadorismo. Neofascismo. Neonazismo. Para o que esses enunciados apontam? Qual é a verdade camuflada nas bravatas e truculências de patriotas? A queda de Bolsonaro expôs ainda mais o que todos sabemos, mesmo que na sua forma paradoxal de um saber não sabido: o horror diante da possibilidade de fim das hierarquias que subjuguem o outro pela sua condição de gênero, de etnia, de classe social, de credo... Hierarquizar e subjugar são expressões que buscam reduzir o outro (as minorias silenciadas) à condição de propriedade a ser explorada.

Práticas discursivas que colocam em xeque a reprodução social das hierarquias naturalizadas — modelo de família, heteronormatividade, religião dominante — provocam uma histeria coletiva. A queda de Bolsonaro intensificou mais ainda o ódio como afeto que regula as ações com o outro na condição de inimigo que precisa ser expurgado da sociedade.

“Vai morrer. Não vou ajudar.” Em áudio vazado em 3 de novembro de 2022, o médico Ygor José Saraiva, que atende no Hospital Regional Francisco Dantas Maniçoba, em Nova Adriana, interior do Mato Grosso do Sul (MS), diz que não vai atender quem votou em Lula. Em bloqueio à BR-163, no trecho que corta a cidade de São Miguel do Oeste, em Santa Catarina, manifestantes fazem saudação semelhante à “Sieg Heil” utilizada pelo nazismo. Consciente ou

não, a declaração e o gesto integram uma gramática bolsonarista que se atualiza a cada dia nas falas e nas reproduções de suásticas nas paredes de prédios, muros e portas de banheiros públicos, nas escolas e nas universidades como uma erva daninha que cresce nos lugares mais adversos.

Quando Deus se torna um instrumento ordinário, são as paixões tristes, punitivas, castradoras que se seguem. O racismo, a xenofobia, o sexismo, a gordofobia resultam de ações que visam diminuir a potência de outrem. Rebaixar sua condição humana é, assim, expropriar ainda mais sua energia; e, quando aparecer algum impeditivo, resta expurgá-lo da sociedade.

A queda do outro como propriedade privada

No final do *Manifesto do partido comunista*, Karl Marx e Friedrich Engels (2010) declaram que todo programa de um partido comunista pode ser resumido pela abolição da propriedade privada. A declaração aponta para o real do capitalismo, aquilo que é impossível de se realizar sem sua própria extinção. Um real à espreita, como uma assombração que nunca se deixa ver, mas arrepiava cada poro d'alma.

Alain Badiou, filósofo francês, compreende que o acesso ao real do capitalismo “é a afirmação da igualdade, é decidir, declarar que a igualdade é possível” (Badiou, 2017, p. 36). A igualdade

enquanto horizonte possível se desloca em outras palavras (significantes) com sentidos que se tocam na direção do real do capitalismo; elas têm o poder de produzir um transe coletivo, como na figura do pêndulo para induzir a hipnose.

Igualdade de gênero, redução da desigualdade social, fim do racismo... são significantes que reverberam práticas discursivas. Se a igualdade se realizar, é o fim do capitalismo, entendendo que igualdade não se opõe à diferença, mas, sim, à desigualdade de condições. Reger as relações humanas a partir da produção do comum — inversamente à lógica neoliberal com sua apropriação privada do público — significa horizontalizar as práticas sociais. Em última instância, é o fim do outro como propriedade privada.

O bloqueio foi uma recusa ao freio à violência

O que os manifestantes queriam com o bloqueio das rodovias era a reprodução da violência simbólica. Reproduzir as hierarquias que estruturam a sociedade, deixando, tácito, práticas de que a mulher é propriedade privada do homem, de que o trabalhador é propriedade do patrão e de que, no âmbito das crenças, Deus é o patrão de todos.

A ideia de propriedade demarca não somente os bens materiais, mas também as relações humanas e a legitimação da violência como forma de ordenar

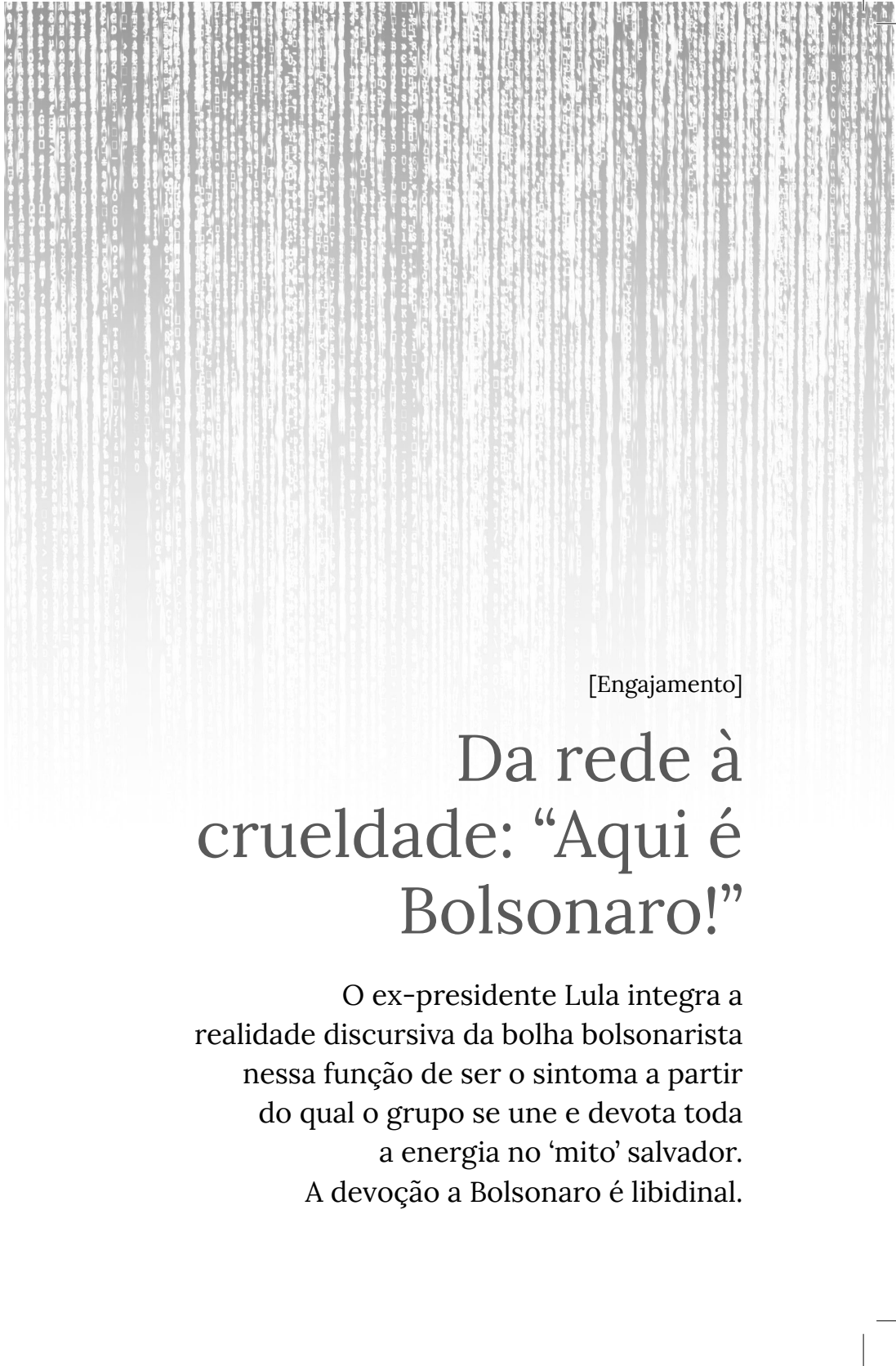
as coisas e os seres. Com o lema “Deus, Pátria e Família”, a gestão dos vivos segue o ordenamento privado de uma visão de mundo. A entrada desse lema no Brasil se deu pelo jornalista Plínio Salgado (1895-1975) quando atualizou o fascismo italiano no integralismo por meio do *Manifesto de Outubro*, de 1932.

Em uma versão atualizada da Frente Integralista Brasileira, organizada em um site que carrega o lema “Deus, Pátria e Família”, o *Manifesto de Outubro* é revisitado como o documento mais “significativo da História da nossa Terra de Santa Cruz”. A atribuição do Brasil pelo primeiro nome dado pelos portugueses no “descobrimento” dessas terras revela a submissão à hierarquia colonizadora, assim como atribuir importância genuína a um documento claramente inspirado no fascismo italiano, depois da visita de Plínio Salgado à Europa, quando teve um rápido encontro com Benito Mussolini (1883-1945). A hierarquia é a base de sua organização. O manifesto inicia com a frase: “Deus dirige os destinos dos povos”. Dessa frase, podemos ler — àqueles que alegam agir diretamente em nome de Deus, tudo é permitido.

Na prática, o modelo político ou o regime econômico tem pouca importância para os saudosistas das hierarquias. Pode ser uma democracia liberal ou uma ditadura militar, desde que as hierarquias sejam reproduzidas, bem como o sagrado direito de expropriar o corpo do outro. A força de trabalho, em muitos casos, é a única propriedade do trabalhador, que não cessa de ser expropriada; o trabalhador não cessa de ser considerado propriedade de quem compra sua força de trabalho.

Como cortar esse círculo de crueldade? “Oh, senhor cidadão/ Eu quero saber, eu quero saber/ Se a tesoura do cabelo/ Se a tesoura do cabelo/ Também corta a crueldade” (Tom Zé).

Publicado em 7 de novembro de 2022,
Le Monde Diplomatique Brasil.



[Engajamento]

Da rede à crueldade: “Aqui é Bolsonaro!”

O ex-presidente Lula integra a realidade discursiva da bolha bolsonarista nessa função de ser o sintoma a partir do qual o grupo se une e devota toda a energia no ‘mito’ salvador. A devoção a Bolsonaro é libidinal.

Ao digitar Bolsonaro no Google, foram encontrados aproximadamente 153 milhões de resultados de links de páginas; com Lula, um pouco menos, 123 milhões. Números expressivos que mostram a produção de conteúdos sobre os temas. Cada um dos nomes poderia ser entendido como um hipersignificante de conexão — Bolsonaro se conecta a arma, a mito, a miliciano, a homofobia, numa sequência quase impossível de ser mensurada. São os outros signos acoplados (textos, imagens, audiovisual) aos dois significantes que estabelecem seu valor. Mas isso diz apenas do funcionamento de uma estrutura. Do lado de sua produção, há o emissor que se situa em uma posição discursiva. Os fluxos, que determinam a batida do coração do ciberespaço, podem indicar um operador afetivo e outro de defesa a partir dos quais se formam os laços sociais — o que na linguagem da rede se convencionou chamar de engajamento ou, ainda, de economia da atenção.

Para haver laços sociais, são necessários corpos acoplados nos signos e um caldo de energia que não se simboliza, mas que retorna como ódio e agressividade. As redes sociais intensificam essa amarração dos corpos aos signos, do interno ao externo, em um amálgama que reterritorializa nossa própria humanidade.

Esse caldo de energia que escapa à simbolização talvez seja um dos desafios maiores para a análise do nosso presente, ao se conectar a outros processos históricos envolvendo “engajamento” e “economia da atenção”.

Engajamento: do hipersigno ao crime

O crime de ódio político contra o tesoureiro do PT de Foz do Iguaçu, Marcelo Arruda, em 9 de julho de 2022, revelou uma conhecida reflexão sobre os laços sociais que unem o indivíduo da massa com o líder — o ódio (e a agressividade) como afeto primordial de defesa ao que pode colocar em risco a relação de amor. Quando o policial penal Jorge Guaranho gritou “Aqui é Bolsonaro!” em uma festa de aniversário cujo tema era o PT e o ex-presidente Lula e disparou os tiros, o crime verteu em ato o desejo de seu líder: extirpar o que coloca em xeque o poder de Bolsonaro.

O engajamento dos chamados “bolsonaristas” segue a modulação dos afetos — amor e ódio. Para manter forte os laços que unem os seguidores e o líder (Bolsonaro), é preciso nomear e demarcar o que está ausente no amor; o ódio. Assim, o amor vem como sintoma do ódio. O ex-presidente Lula integra a realidade discursiva da bolha bolsonarista nessa função de ser o sintoma a partir do qual o grupo se une e devota toda a energia no “mito” salvador. A devoção a Bolsonaro é libidinal.

Por isso, não há contradição do ponto de vista da teoria das paixões em Guaranho se definir como cristão e cometer crime. A mobilização para os tiros veio pelos afetos, sobretudo porque Guaranho e Arruda não se conheciam. Poderíamos recorrer ao filme *Alien: o oitavo passageiro* (1979), de Ridley Scott, no qual uma criatura alienígena altamente agressiva,

mortífera, se aloja em um humano da tripulação de uma nave. O corpo se reduz a hospedeiro e depois é descartado. O que leva um indivíduo anular a si mesmo para colocar em ato o desejo de seu líder? Esse desejo do outro (líder) vem como um alienígena que mobiliza o corpo alheio e, depois, o descarta.

Engajamento das massas

Em *Psicologia das massas e análise do eu*, de 1921, Sigmund Freud (2020) levantou a questão: o que demanda do sujeito esse movimento de anulação de si em favor das massas? A resposta direta seria: as relações libidinais. O pai da psicanálise cita dois exemplos: o exército e a igreja. Não é o amor sexual envolvido, mas uma forma primitiva de amor manifesta pela identificação. Na teoria freudiana, a identificação começa na vida infantil e pode ser observada quando o menino manifesta interesse pela figura paterna, tomando-a como ideal de seu modelo, a partir do qual passa a apresentar atitudes similares às do pai.

Não é preciso muito esforço para estabelecer as identificações na massa. A estrutura libidinal conduz para que o objeto (líder/Bolsonaro) passe a ocupar o lugar do ideal do eu (de Guaranho). Essa figura amada, o “mito”, passa a ser uma instância que regula a organização subjetiva, ou seja, mobiliza os afetos e convoca seus seguidores para a ação. O engajamento significa a anulação de parte de si que se acopla (faz de si um hospedeiro) nos desejos do outro.

A barbárie gera engajamento

Em 1949, poucos anos após o fim da segunda grande guerra, o filósofo Theodor Adorno (2015b, p. 159) analisa a propaganda fascista a partir de uma questão central: “por que os seres humanos modernos retomam a padrões de comportamento que contradizem flagrantemente seu próprio nível racional e o presente estágio da civilização tecnológica esclarecida?”.

Adorno volta-se à *Psicologia das massas e análise do eu* para interpretar a energia que marca o vínculo do indivíduo com a massa. A análise de Adorno (2015b, p. 162) parece ainda mais atual: “uma rebelião contra a civilização, o fascismo não é simplesmente a reordenação do arcaico, mas sua reprodução na e pela própria civilização”. O importante, nesse caso, foi perceber que a própria modernidade se desenvolveu na gestão de pulsões primitivas como raiva, cólera etc. Não é à toa que narrativas que ficam em torno de ódio, vingança, cólera, ciúme, covardia, medo... geram mais engajamento. É mais pela via dos afetos e menos pela razão que internautas se mantêm mais acoplados às mídias, vias de acesso mais rápido dos alienígenas.

Na perspectiva de Adorno, a rejeição do ‘eu’ — ao se integrar às massas — faz parte do projeto moderno, o que resulta na recusa imediata da dicotomia entre barbárie e civilização. Essa tese já fazia parte da obra anterior, *Dialética do esclarecimento*, de 1947, escrita em parceria com Max Horkheimer (Adorno; Horkheimer, 1985).

Hipermassa

Em 2017, a rede social Facebook atingiu os 2 bilhões de usuários, alcance inimaginado no contexto dos meios de comunicação de massa — jornal, revista, rádio e TV. Evidentemente, a maior parte da produção de conteúdo nas redes sociais é feita por seus usuários, assim como as interações que a mídia possibilita.

Há poucas décadas, o debate girava em torno de como livrar o sujeito dos conteúdos codificados pelos meios de comunicação de massa. Hoje, a grande questão é como descolonizar o desejo submerso nos algoritmos; as séries de instruções — passo a passo — que integram as máquinas pré-definem as possibilidades de ações na rede. Nossos perfis de usuários são definidos pela mineração de dados gerados das produções e dos rastros que deixamos.

Isso, no entanto, não desimplica a relação mídia e massa — agora em proporções ainda maiores (hipermassa) — indiferenciada que se efetive nas plataformas digitais. São mídias privadas (Facebook, Instagram...) em que parte de seu capital vem da comercialização dos dados dos usuários. Nesse sentido, a economia da atenção ganha centralidade. Como ampliar e manter os usuários por mais tempo na mídia?

A grande rede (Internet) é aberta, mas uma diferenciação invisível se inicia a partir do momento em que os dados dos usuários passam a ser lidos pelos algoritmos. Daí em diante, uma seleção funciona

com a finalidade de captar e colonizar o desejo para manter o usuário por mais tempo na rede.

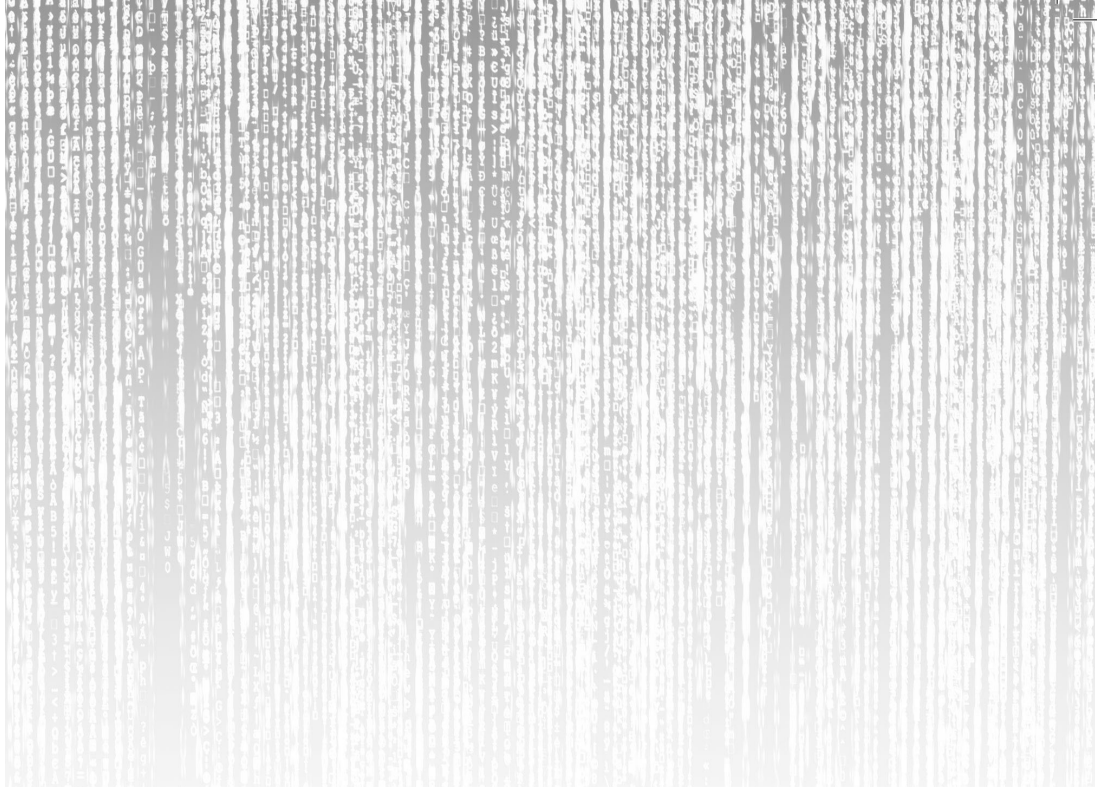
Se o indivíduo tem sua atenção voltada à teoria da conspiração, acredita que o diabo veste vermelho, um órgão parasitário (alienígena) não cessará de passar sinais, como se fosse uma voz do além invocando o sujeito para uma missão.

No dia 23 de julho de 2022, o presidente Jair Bolsonaro participou da Marcha para Jesus organizada por setores da igreja evangélica. A manifestação religiosa contou com uma réplica gigantesca de uma arma, além de um motociclista que desfilou com um caixão pintado com as cores e bandeira do PT. A prática viralizou nas redes sociais, e não poderia ser diferente. Basta abrir o grupo da família no WhatsApp ou rolar a *timeline* das redes sociais que os sinais estão sempre visíveis, com ecos do líder: “Vamos metralhar a petralhada”.

Publicado em 2 de agosto de 2022,

Le Monde Diplomatique Brasil.





[O ato falho do presidente]

De Bolsonaro à Schützenfest, o tiro saiu pela culatra

“Temos um chefe do Executivo que
mente”. O sujeito não faz somente uso da
linguagem, ele se faz na linguagem.

A verdade é uma mensagem endereçada ao próprio enunciador. “Penso onde não sou”. A inversão de Jacques Lacan à máxima de René Descartes — Penso, logo existo — mostra o caminho da verdade do sujeito do inconsciente. A verdade não pode ser toda dita; ela aparece quando o sujeito da razão falha. E o melhor exemplo veio, no dia 27 de abril de 2022, em um discurso do presidente Jair Bolsonaro a deputados, transmitido pelo canal TV Brasil. Durante a fala, o presidente atrapalha-se e diz que o Executivo mente. Um ato falho. Um tiro que saiu pela culatra. Se a enunciação estava endereçada ao Judiciário, aquilo que veio como falha — ou seja, aquilo que escapou ao filtro da consciência — é o sentido que aponta para a verdade do sujeito.

“Temos um chefe do Executivo que mente”. Autodeclaração por engano. É o próprio sujeito da enunciação, o presidente, que mente. O paradoxo do enunciado “mente” é o de ser verdadeiro. A verdade não pode ser toda dita, mas a parte dela que é simbolizada não pode estar fora do discurso. Ela materializa-se no próprio discurso. E, na cena presidencial, a mentira é a verdade que o sujeito da consciência tenta encobrir no gesto de atribuir ao outro, o Judiciário, aquilo que ele próprio faz. Mas ela, a verdade, se mostra, como vimos, naquilo que falha.

Se a mensagem era para o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), na falha, ela se revela endereçada ao próprio presidente. O discurso não é transparente. Interditado pelo Outro (a teia discursiva que o constitui), Bolsonaro tem a intenção de afirmar que o ministro do STF

mente. Mas o sujeito não faz somente uso da linguagem, ele se faz na linguagem. Quando o presidente afirma que é o chefe do poder Executivo que mente, a mensagem dita sai como falha, já que, nesse caso, o discurso se mostrou transparente — de si para si mesmo.

Ao falhar a interdição, fica evidente que aquilo que é dito não é para um suposto referente (o ministro), mas para o próprio sujeito do discurso. Quando essa interdição fica exposta — “erroneamente” o discurso foi transparente —, o véu da realidade se rasga, e aquilo que falha se mostra assustadoramente verdadeiro.

O espectador na mira do cano das armas da Schützenfest

O ex-deputado federal Jean Wyllys, na quarta-feira, 27 de abril de 2022, via Twitter, relacionou a estética nazista com a representação ilustrada no cartaz da Schützenfest — festa típica de tiro ao alvo da cidade de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina —, provocando o maior frenesi nas redes sociais, além de declarações acirradas de políticos locais da região.

De um lado, há a generalização. A memória familiar de muitos descendentes de alemães é atravessada por antepassados vitimados por regimes totalitários e pela miséria extrema. A generalização impede de ver tempos e contextos diferentes desde o início do processo de colonização, no século XIX, antes ainda da unificação da Alemanha, em 1871.

A relação entre descendentes ou mesmo alemães com a adesão à ideologia de pureza racial não pode ser direta, caso contrário haveria uma biologização do mal. Por outro lado, o Brasil já contou com a maior agremiação nazista fora da Alemanha; depois da ascensão do nazismo, cerca de 3 mil pessoas no Brasil se filiaram ao partido. Não podemos também desconsiderar essa ambiguidade, assim como as células neonazistas que se formam com a presença de muitos integrantes sem nenhuma relação de descendência com a Alemanha. Um caminho interpretativo para abordar essa busca insana por pureza vem da insuportabilidade de existir sem uma identidade unificada.

A generalização de Wyllys aponta para o contexto nacional em que paira um conservadorismo de extrema-direita, cujo sentido valoriza a suposta superioridade do branco, macho, empreendedor, cristão. Essa cultura tosca fomenta representações de que é preciso se armar para defender valores tradicionais — e, com eles, o mito da pureza. Qual é a melhor ilustração para representar esses valores? Em outro contexto, o cartaz seria apenas mais um entre outros produzidos em anos anteriores.

No outro lado do burburinho, a maneira como foi interpretada a fala do ex-deputado reforça a sua própria generalização, quando, por exemplo, o ex-prefeito da cidade de Jaraguá do Sul, Antídio Lunelli, em vídeo, pede para Wyllys trabalhar e o chama de “papa merda”. Ao sugerir que o outro, forasteiro, estranho, coma merda, o ex-prefeito acaba por igualá-lo ao que há de mais desprezível na produção humana, seus próprios dejetos. Para Joseph Goebbels,

ministro da Propaganda (1933-1945) de Adolf Hitler, “o judeu é um dejetto”. O judeu aqui funciona/ope-
ra como significante que pode ser substituído por
todos aqueles que são colocados numa posição de
impuro — como diria Cazuza na música *O tempo não
para*, “te chamam de ladrão, bicha, maconheiro”, mas
também de preto, travesti, louco, deficiente etc.

A questão é saber por que expressões como
“papa merda” são reproduzidas sem que o enun-
ciador tenha consciência de suas conexões? Nesse
enrosco com o cartaz, o que é dito tem uma ponta
de verdade, já que o sentido do que é enunciado diz
muito mais do próprio enunciador. O curioso é que,
no contra-ataque do ex-prefeito, a resposta acaba
confirmando a posição de Wyllys.

E daí, quando as posições são materializadas
no discurso, resta mesmo olhar bem para o cartaz
e perceber que os canos das armas não estão apon-
tados para o tiro ao alvo — quase não o vemos —;
mas elas (as armas) estão direcionadas para “nós”,
espectadores. Podemos ainda fracionar este “nós”,
já que um dos personagens da ilustração, com indus-
mentária militar, direciona o seu olhar para a posição
central do espectador. Há um deslocamento entre o
encontro dos olhares — do personagem e do espec-
tador — e a direção da arma. Ficamos com a impres-
são de que a arma aponta para alguém das redonde-
zas do público-alvo da festa, certamente o inimigo.
“Nós”, os impuros, somos o verdadeiro alvo.

Um cartaz é um signo cujo significado não
está na imagem em si (como nós que não estamos
no cartaz), mas no contexto (nos inserimos quando

olhamos para os canos das armas). Qual é o contexto em que Wyllys está inscrito, assim como o ex-prefeito? Sob qual céu ambos coexistem? Antes de se eleger presidente do Brasil, em 2018, Bolsonaro simulou um fuzilamento em Rio Branco, no Acre, quando gritou: “vamos fuzilar a petralhada”. É verdade que a ponte entre o signo e a significação é construída por todos nós, gerando um movimento alucinante de sentidos. Quanto às armas simuladas, talvez o tiro saia pela culatra.

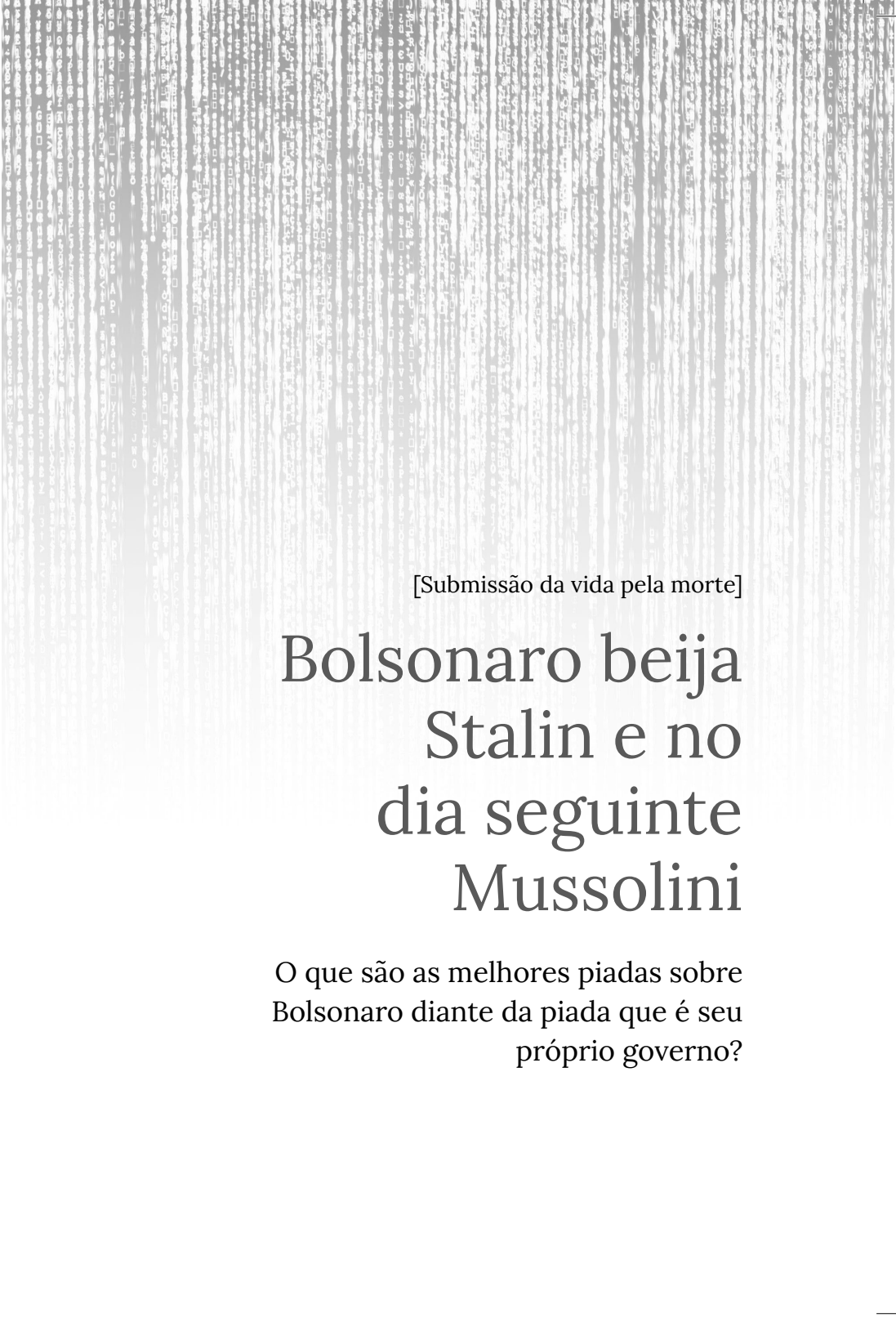
Figura 2 – Postagem com imagem do cartaz da festa



Fonte: Reprodução/Twitter¹

Publicado em 6 de maio de 2022,
Le Monde Diplomatique Brasil.

¹ Disponível em: https://twitter.com/jeanwyllys_real/status/1519375212009111552?s=20&t=HN6ZkC4FVkvpdgj6cDu2aA. Acesso em: 22 mar. 2026.



[Submissão da vida pela morte]

Bolsonaro beija Stalin e no dia seguinte Mussolini

O que são as melhores piadas sobre
Bolsonaro diante da piada que é seu
próprio governo?

Um dia após homenagem a comunistas na Rússia, o presidente Jair Bolsonaro (PL) usa lema fascista na Hungria — “Deus, pátria, família e liberdade” — durante encontro em 17 de fevereiro de 2022 com o premiê Viktor Orbán, um dos principais representantes da extrema-direita na Europa. O lema é da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento criado em 1932 com inspiração no fascismo italiano. Simbolicamente, ele deu um beijo em Josef Stalin e outro em Benito Mussolini.

Aqui cabe uma conhecida historieta judaica contada por Sigmund Freud para ilustrar que o sujeito mente quando diz a verdade e diz a verdade por meio da mentira: “Numa estação da Galícia, dois judeus encontram-se num trem. — Aonde você vai? — pergunta um. — A Cracóvia — responde o outro. — Mas, vejam só que mentiroso! — exclama o primeiro, enfurecido. — Se você está dizendo que vai a Cracóvia, com certeza é porque quer que eu acredite que está indo a Lemberg. Só que eu sei que você está indo mesmo a Cracóvia. Então, por que mente?”.

Esse contrassenso serve, de forma invertida, para o presidente, já que, quando Bolsonaro foi à Rússia, na verdade queria se encontrar com seu “irmão”, Orbán, na Bulgária, ambos alinhados em combater os direitos humanos. Unem-se a isso as boas relações do presidente com personalidades de extrema-direita da Europa, como a deputada alemã Beatrix von Storch, líder do partido Alternativa para a Alemanha (AfD), pelo qual seu avô foi ministro de Adolf Hitler por doze anos. Beatrix visitou Bolsonaro, no Palácio da Alvorada, em julho de 2021.

A piada vem pronta

“O que é a melhor piada anti-stalinista diante da piada que é a própria política stalinista em si?”. A passagem, segundo Slavoj Žižek (2018a), é de Bertolt Brecht. Na versão brasileira atual cai como uma luva: o que são as melhores piadas sobre Bolsonaro diante da piada que é seu próprio governo?

Nas tensões entre Estados Unidos e Rússia envolvendo a crise de segurança em torno da Ucrânia, Bolsonaro manteve sua agenda em Moscou. Em 16 de fevereiro de 2022, ele rendeu homenagem aos soldados comunistas — stalinistas —, mortos nas trincheiras, no Túmulo do Soldado Desconhecido junto à muralha do Kremlin. O rito pode ser considerado o ápice do fetiche de um “terrivelmente” anticomunista. A homenagem interpõe-se a Bolsonaro como um objeto estranho que rapidamente se torna o frenesi dos debates na mídia. E não poderia ser diferente.

Ora, a expressão fetichista pode ser compreendida com o mesmo sentido que se atribui no senso comum, aquele que se refere ao sujeito que goza por intermédio de objetos que apimentam as relações sexuais. São objetos estranhos que estão “a mais” nas relações. Deslizando do sexual ao social, o que caracteriza o fetiche na homenagem aos soldados comunistas é o fato de Bolsonaro se integrar ao rito tão emblemático quanto a transmutação cristã, quando o pão se transforma em corpo de cristo. Poderíamos dizer que Bolsonaro foi atrás desse objeto

estranho — a potência comunista — por mais que a conjuntura não fosse favorável, com a iminência de uma guerra.

As milícias políticas de Bolsonaro tornaram públicas as fantasias de seu líder. Em uma delas Bolsonaro aparece na capa da revista *Time* com a manchete — Prêmio Nobel da Paz 2022 —, enquanto em outra a montagem se passa por uma matéria da CNN informando que o presidente evitou a terceira guerra mundial. Mais do que nomear como desinformação ou *fake news*, deveríamos interpretar essas produções como fantasias fetichizadas, ou seja, fantasia-se o que não se consegue realizar em ato e excita-se com a própria fantasia. O curioso é que as fantasias têm, ironicamente nesse caso, ajuda do principal fantasma para Bolsonaro, o “comunismo”.

Necropulsão

No centro da Teoria Crítica, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial e do regime nazista, Theodor Adorno analisou o fascismo e a personalidade autoritária. Em *Antissemitismo e propaganda fascista*, de 1946, o autor interpretou a “destrutividade como fundamento psicológico do espírito fascista” (Adorno, 2015a, p. 152). Para atualizar o debate, poderíamos chamar esse fundamento de necropulsão, pois se desenvolve a partir de energias destrutivas. O espírito fascista não se limita ao fascismo de Mussolini, na Itália, ou ao nazismo de Hitler, na Alemanha,

ambos marcados na história. No âmbito da política, governar por meio da submissão da vida pela morte caracteriza um modo fascista pautado na aniquilação das diferenças.

A indiferença com a morte é marca do governo atual. Logo no início dos casos de covid-19, há dois anos, Bolsonaro considerou a pandemia uma “conspiração comunista”, entretanto fez e faz isso conspirando em suas *lives* nas quintas-feiras ou no chamado cercadinho do Palácio da Alvorada. Mas rapidamente cai no descrédito, tornando-se um governante fraco. Diferentemente de mandatários que se impõem como absolutos (Vladimir Putin), Bolsonaro se esforça para se mostrar como um líder forte (fálico); como não consegue, as milícias digitais vêm para produzir objetos fálicos — as *fake news* — a partir dos quais o presidente e seus apoiadores gozam.

Quando se fetichiza o poder, as formas autoritárias de governo funcionam como espelho do desejo fascista.

Pandemia e necropulsão

Quando o presidente Jair Bolsonaro minimiza as mortes por covid-19 ou nega a eficácia da vacina, entre as vítimas estão seus próprios seguidores, atualizando a análise de Adorno (2015a, p. 152) sobre o fascismo: “Enquanto advertem de perigo iminente [como o comunismo], eles e seus seguidores se excitam com a ideia da ruína inevitável, sem sequer

diferenciar claramente entre a destruição de seus inimigos e de si mesmos”. A ruína inevitável pode ser lida como um destino iminente ao espírito fascista, destino que é traçado pela própria estrutura de pensamento e sob a qual o sujeito, mesmo que conscientemente afirme o contrário, acaba realizando. Na tragédia grega, Édipo Rei funciona como exemplo: quando Laio abandona o recém-nascido filho Édipo aos lobos no pé da montanha Cinterão como meio de evitar a tragédia enunciada pelo oráculo de Delfos, a narrativa do oráculo torna-se o gatilho inicial para a sucessão de fatos que foram se revelando em destino.

Há um movimento pulsional destrutivo em ação (necropulsão ou pulsão de morte). Sigmund Freud considerava que o vínculo social servia para erotizar a agressividade — as paixões primitivas que se são a floradas. Não seria preciso muito esforço para encontrar matérias expondo práticas racistas, sexistas, xenófobas — as paixões primitivas, como o ódio, a floradas, mas isso ganha corpo quando compartilhadas por pares.

Apologia ao nazismo

“Você acha que é errado a Alemanha criminalizar o nazismo?”, pergunta a deputada Tabata Amaral (PSB). “Acho”, responde o deputado Kim Kataguiri (Podemos). O diálogo foi durante o *Flow Podcast* em 7 de fevereiro de 2022, quando o apresentador Bruno Aiub, conhecido como Monark,

engrossou o coro com Kim, ao defender a existência de um partido nazista. A ascensão do nazismo na Alemanha deu-se pelas vias legais, por meio de eleições. O assassinato em massa de judeus, ciganos, deficientes físicos e mentais, poloneses, comunistas, afro-germanos e homossexuais foi executado na legalidade do regime (1933-1945).

Nesse contexto, a discussão sobre quem é matável no Brasil (necropolítica) não se limita ao outro na polarização política ou ao que escapa do padrão homem-branco-ocidental-adulto-heterossexual. Há sempre um mais-de-gozar. A autodestruição inclui todos. Essa síntese é também a conclusão de Adorno ao fenômeno do nazismo, mas que, em outras obras, inclui as democracias que se encaminham para o totalitarismo de mercado (neoliberalismo): “O desejo psicológico inconsciente de auto manipulação reproduz fielmente a estrutura de um movimento político que, em última instância, transforma seus seguidores em vítimas” (Adorno, 2015a, p. 152).

Ser contrário à criminalização do nazismo na Alemanha ou favorável à legalidade de um partido nazista tem como pano de fundo o extermínio das diferenças. O Movimento Brasil Livre (MBL) tem se definido desde sua criação como um movimento de extrema-direita, o que torna coerente a enunciação de Kim contrária à criminalização do nazismo.

Paira no discurso da extrema-direita a noção de liberdade na perspectiva também observada por Adorno (1996, p. 41) ao falar do fascismo: “As pessoas manipulam a tal ponto o conceito de liberdade, que ele acabou por se reduzir ao direito dos mais fortes e

mais ricos de tirarem dos mais fracos e mais pobres o que estes ainda têm”. Boa síntese para entender a política desses movimentos de extrema-direita e do governo atual.

Publicado em 22 de fevereiro de 2022,
Le Monde Diplomatique Brasil.



[Crítica]

Bolsonaro, que fezes aqui?

Não é nem preciso recorrer à
mamadeira *fake* das últimas eleições para
presidente, em 2018, para perceber que
tudo passa pelo ânus presidencial.
“Caguei”. O país tornou-se a
privada presidencial.

“Que fez aqui?”. A anedota funciona na equivalência do sujeito e sua obra; neste caso, a obra primordial, as fezes. Quando o sujeito fica despido de qualquer decoro, nivela boca e ânus, como tem feito com certa frequência o presidente Jair Bolsonaro (sem partido). O episódio mais recente foi no relato semanal em sua *live*, quinta-feira, 08/07, quando disse “caguei” para a Comissão Parlamentar de Inquérito, que ficou conhecida como CPI da covid-19.

Coincidência ou não, foi no mesmo dia da divulgação da pesquisa do instituto Datafolha, no qual uma das perguntas era, no mínimo, inusitada: saber se os eleitores consideram que Bolsonaro tem muita ou pouca inteligência. Até porque inteligência é um qualitativo que pode variar dependendo dos critérios estabelecidos. Na pesquisa Datafolha divulgada no dia 8 deste mês, 57% consideram o mandatário do país pouco inteligente. Se o enunciado é “pouca inteligência”, refere-se, mais do que apontar para um déficit, ao seu antônimo.

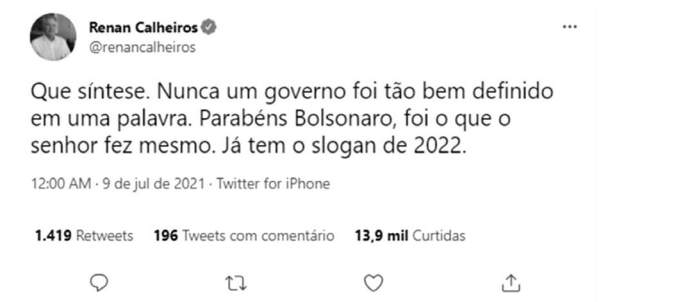
Curioso é que o antônimo vem como um não-dito, um enunciado presente, que rege a pergunta, mas que não pode ser dito. Qual significante ocuparia o lugar desse não dito? Desinteligência; estupidez; imbecilidade... Não. No senso-comum, não há dúvida, o enunciado que prevalece relaciona um animal irracional com outro, a princípio, racional. Burrice aponta para um animal híbrido, mistura de um cavalo com uma jumenta. No uso metafórico, refere-se a quem tem pouca inteligência. Se estivéssemos na França, em vez de burrice, seria “*stupidité*”. Foi assim com o texto, de janeiro de 2021, da coluna de Tomas

Milz, na *Made for minds*, na versão brasileira, “Um governo entre a crueldade e a burrice” — quando reproduzido em periódicos franceses, burrice passou para *stupidité*: “Bolsonaro: *cruauté et/ou stupidité*?”.

As palavras apontam para especificidades de um povo. No âmbito individual, a forma como o sujeito se insere no mundo não está desarticulada das palavras, que quase sempre descrevem mais a qualidade de quem as enuncia do que as coisas que representa. Por esse caminho, inteligência não teria relação com o conhecimento acumulado que daria ao sujeito determinadas habilidades, mas, sim, de mensurar seu grau de civilidade, ou de como o sujeito se constitui na cultura. Assim, a qualidade de um sujeito civilizado se mostraria primeiramente pelas palavras. As palavras e o sujeito da enunciação são um só, não se separam.

Um episódio ilustra bem essa relação das palavras com o modo como o presidente se insere no mundo. Na mesma quinta-feira, durante a transmissão de sua *live*, Bolsonaro falou: “Fizeram uma festa lá embaixo para eu responder pergunta à CPI. Você sabe qual a minha resposta, pessoal? Caguei”. O senador Renan Calheiros (MDB), relator da CPI da covid-19, percebeu bem essa relação de intimidade de Bolsonaro com o que sai de sua boca, quando escreveu em seu Twitter: “Que síntese. Nunca um governo foi tão bem definido em uma palavra. Parabéns Bolsonaro, foi o que o senhor fez mesmo. Já tem o *slogan* de 2022”.

Figura 3 – Senador observa bem a palavra que sai da boca de Bolsonaro



Fonte: Reprodução/ Twitter

Na articulação de Calheiros, a fala de Bolsonaro refere-se ao que ele próprio faz na política, mas seria preciso implicar ainda mais o sujeito. Precisamos evitar esse movimento neurótico de dar sentido em excesso às palavras, para ver sua relação com um certo real que mobiliza o sujeito. O sentido que a palavra “cagar” tem no contexto da enunciação quer dizer: ignoro a CPI. Por que não outra expressão? Porque cagar tem uma ligação direta com o corpo.

Bolsonaro na fase anal

Fica-se com a impressão de que Bolsonaro ainda não saiu da fase anal, período em que a criança, aprendendo a evacuar, desenvolve prazer com o controle dos esfíncteres da bexiga e do intestino. A fixação nessa fase pode trazer consequências na personalidade do sujeito. Se inicialmente a “obra” é

oferecida aos pais como presente, na interação vai surgir uma dualidade, sendo que o outro, de alguma forma, vai transmitir o sentido de sujeira. Conhecida também como a fase sádica, o sujeito que se encontra nela obtém prazer por expulsar e reter as fezes. Haveria nessa fase uma relação de analogia com o processo civilizador, de controle, de higiene e de moralidade/sexualidade.

Com Sigmund Freud aprendemos que o interesse pelo dinheiro aponta para esse primitivo interesse pelas fezes, a partir do qual a criança, eufórica, chama os pais para ver sua obra no penico; mas não tarda para que se inscreva o sentido de sujeira, de higiene e de pudor.

A obra no penico é oferecida aos pais. Já a obra feita no assento da poltrona presidencial vem como deslizamento de sua fixação na fase anal. De pais para país, a diferença é um acento. Do penico à poltrona presidencial, Bolsonaro fica às voltas no cocô, podendo ser um dos motivos pela sua compulsão à repetição manifesta em palavras (cocô, merda etc.) ou em ato, como na defesa de pautas morais — seu interesse pela sexualidade alheia — e seu possível envolvimento com supostos casos de corrupção (entre eles, na aquisição de doses da vacina Covaxim), mantém o deslizamento do sentido de sujeira do cocô para o dinheiro.

A pesquisa do *Datafolha* divulgada no dia 11 de julho de 2021 sinaliza que, para 70% dos brasileiros, há corrupção no governo de Jair Bolsonaro. Se o presidente não tem consciência das suas relações que o conduzem, sempre, à repetição do sentido de

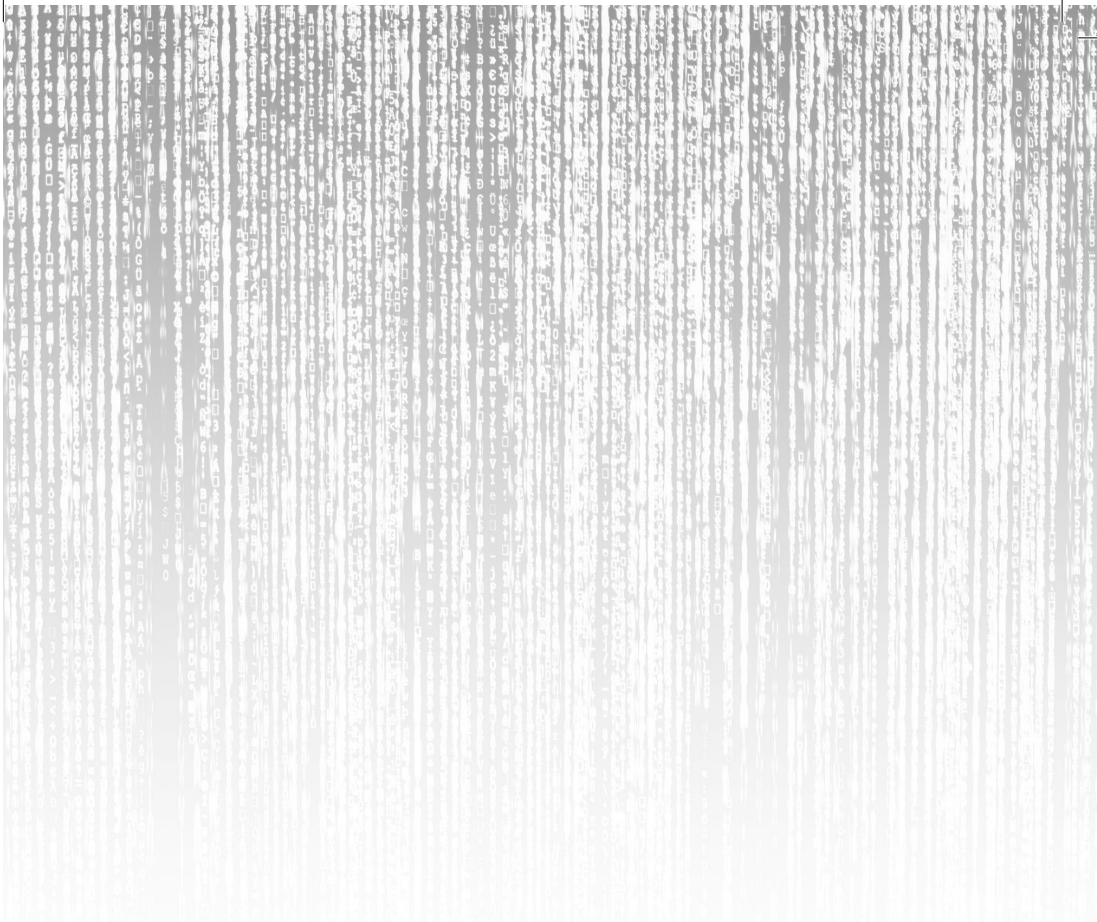
sujeira, a pesquisa parece indicar que a maior parte dos brasileiros já perceberam. Tanto o que sai da boca quanto o que ele faz na política é para ir ao encontro desse sentido.

Bolsonaro fala, portanto, com propriedade: “caguei”. O que ele não se dá conta é que a palavra é uma propriedade de si mesmo e não para os outros (da CPI da covid-19) a quem ele faz referência. Sua fala deve ser ouvida de forma invertida: ela chega aos nossos ouvidos — ou dos integrantes da CPI, entre eles, Renan Calheiros —, mas é endereçada a ele mesmo. É como se ele estivesse apenas falando em voz alta, de si para si. Isso nos lembra a conhecida frase, costumeiramente atribuída a Freud, da ensaísta canadense Lise Bourbeau: “Quando Pedro me fala de Paulo, sei mais de Pedro que de Paulo”.

Sabe-se, assim, mais de Bolsonaro que de Lula, ou que de Renan Calheiros, para ficarmos nesse episódio da CPI da covid-19. Há uma relação direta entre boca e ânus. A palavra “caguei”, enunciada, é uma imagem acústica produzida pelo aparelho fonador, cujo significado é pautado pela experiência vivenciada por todos. Se a boca faz passar o som da palavra, o ânus faz passar o cocô.

Não é nem preciso recorrer à mamadeira *fake* das últimas eleições para presidente, em 2018, para perceber que tudo passa pelo ânus presidencial. “Caguei”. O país tornou-se a privada presidencial.

Publicado em 16 de julho de 2021,
Le Monde Diplomatique Brasil.



[Em busca do gozo sem limites]

Žižek e o cinismo do Messias

A descrição de Žižek (1996, p. 313)
sobre o cinismo na política é certa:
“quando um político prega o dever do
sacrifício patriótico, o cinismo expõe o
lucro pessoal que ele está retirando do
sacrifício alheio”.

Slavoj Žižek foi considerado pela revista neoconservadora americana *New Republic* o “filósofo mais perigoso do ocidente” — o que deve ter significado um elogio, apesar das interpretações ao pé da letra de fragmentos de seus livros pelo editor sênior do jornal, Adam Kirsch, no afã de construir o perigo eminente. Além disso, o jornal britânico *Observer* o chamou de “messias *superstar* da nova esquerda”, o que não deixa de ser uma profanação interessante.

Com olhos inquietos, Žižek coleciona tiques nervosos quando fala em público, mas seu discurso desperta ainda mais atenção a ponto de provocar a paranoia de muitos que o elegem como adversário. Às vezes, ficam latentes os efeitos que causa, como no texto *Chegou o comunavírus*, publicado no *blog* do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em 22 de abril de 2020. Para o chefe da diplomacia brasileira, o livro *Virus: catastrofe e solidarietà*, de Žižek, publicado em abril de 2020 na Itália, anuncia o prelúdio de uma ordem comunista sendo arquitetada — esse grande mal que ele e o governo Bolsonaro combatem.

Ora, a paranoia parece um traço recorrente em altos cargos do Estado. De fato, não é preciso ir muito longe para entender qual o desejo que está por trás da interpretação do chanceler e sua intensidade. Por meio do modo como traduz o texto de Žižek, Araújo constrói um inimigo externo, delírio que inclui até a Organização Mundial da Saúde (OMS) na suposta construção comunista planetária. Mas não é exclusividade do ministro. É uma descarga de

energia com esse objeto incômodo, o comunismo, que não se esgota. Na linguagem corriqueira, é como se disséssemos: “não que eu tenha pensado nisso”, ou seja, é a afirmação pela negação. Eu nego insistentemente aquilo que desejo. Como é insuportável sustentar esse desejo, ele vem como fantasma expresso de diferentes maneiras. Um piscar de olhos fora de propósito já é significado como um signo da tal conspiração comunista.

No dia 29 de abril de 2020, vários jornais, entre eles o Correio Brasiliense, noticiaram que o presidente Bolsonaro teria publicado em seu Facebook, e logo em seguida apagado, uma suposta lista de “diretrizes para políticas educacionais” da OMS, sem citar fontes, “e que aparecem recomendações sobre masturbação e relações homossexuais para crianças de 0 a 6 anos”. O sexo e o comunismo estão sempre presentes no discurso desse governo, como um sintoma do qual o próprio governo não consegue se libertar — um gozo sem limites. No ditado popular, é o que não sai da cabeça.

Certamente, a palavra comunismo no vocabulário zizequiano tem muitos sentidos que fogem completamente a Araújo e a Bolsonaro, mas, como em uma lição básica da Linguística, o sentido das palavras está na oração; com a frase “quem casa quer casa”, temos duas ocorrências do mesmo enunciado em uma oração, mas com sentidos bem diferentes. O contexto das palavras na linearidade da oração determina os sentidos. Quando o sentido foge da oração, pode revelar uma carga de gozo, ou seja, expressar aquilo que imaginamos, que conjecturamos

sobre o gozo do Outro, dessa alteridade radical que tudo pode enquanto “eu” nada posso. O comunismo encarna o semblante do grande Outro e Žižek só interessa a Araújo na medida em que aquele rótulo lhe pode ser facilmente aplicado. O comunismo é esse “outro” simbólico que rapta o gozo (energia psíquica) de Araújo e de seus pares.

Em *Lacrimae Rerum*, de Žižek (2018a), esse grande Outro que se dirige a nós seria a própria paranoia. É certo que essa leitura do filósofo relativiza ao máximo as noções, mas funciona bem. Em Lacan (1998), o Outro é um lugar em que o sujeito recebe sua própria mensagem de forma invertida. Uma das formas (até divertida!) de ler o texto de Araújo sobre Žižek é por via dessa chave de leitura: esse *superstar* — Žižek — que tudo pode, por isso, perigoso, seria o lugar de desejo de Araújo, mas que é enunciado na forma invertida, de negação.

Em recente texto, o “*superstar*” faz uma analogia — mantendo o tom provocativo — entre o desastre nuclear de Chernobyl (1986), “gota d’água que levou ao fim o comunismo soviético” (Žižek, 2020a), com a pandemia do coronavírus. Segundo o filósofo, a pandemia tem a potência de restaurar a confiança do povo na ciência. No artigo publicado no portal Outras Palavras, em 3 de março de 2020, “o coronavírus também nos levará a reinventar o comunismo, com base na confiança nas pessoas e na ciência” (Žižek, 2020a).

Mas a qual comunismo Žižek se refere? A resposta foi dada pelo próprio filósofo em nota enviada ao jornal O Globo, logo depois da repercussão do

texto do ministro Araújo: “Não quero impor nada, apenas observo que até governos conservadores estão lidando com a crise sanitária e econômica provocada pela epidemia. Estão introduzindo medidas que, seis meses atrás, seriam inimagináveis e vistas como um sonho comunista” (Torres, 2020). Ações em benefício das populações e do bem comum já entram no campo de significação do comunismo.

Não seria estranho articular, nessa direção, os efeitos subjetivos da pandemia como um ataque certo ao obscurantismo do presidente Bolsonaro e seus seguidores, entre eles Araújo, que vão da produção desenfreada de *fake news* — concentrando a produção no “gabinete do ódio” — à defesa do terraplanismo. Quem melhor deu conta desse negacionismo do governo foi a capa do jornal Extra, de 4 de maio, com fundo preto sobressaindo a grande manchete “100 mil infectados. 7 mil mortos” e a única imagem na qual se destaca o presidente com uma criança no colo, mais algumas pessoas e as bandeiras dos Estados Unidos e de Israel. Os fatos descritos pelo jornal — número de mortos e infectados — expõem a realidade, que funciona como privação para Bolsonaro realizar suas fantasias; por isso, os ataques recorrentes e descontrolados contra os jornalistas. Ataque a tudo que impõe limites ao desejo sem limites.

Figura 4 – Extra expõe os efeitos do orgulho do negacionismo de Bolsonaro



Fonte: Extra

Em seu recente livro publicado em abril de 2020 pela Boitempo, *Pandemia: Covid-19 e a reinvenção do comunismo* (pelo que tudo indica é a versão brasileira da edição italiana do livro a que Araújo fez referência), a epidemia desencadeou um enorme surto de vírus ideológico: “fake news, teorias da conspiração paranoicas, explosão de racismos...”. Esses vírus funcionam para despertar a violência simbólica (Bourdieu), mas, observa Žižek (2020a, p. 43),

é possível que um outro vírus ideológico, muito mais benigno, também se alastre e, com sorte, infecte a todos nós: o vírus de começarmos a pensar em possibilidades alternativas de sociedade, possibilitando para além do Estado-nação, que se efetivem sob forma de cooperação e solidariedade globais.

O cinismo marca o nosso tempo

O cinismo é o modo de interação dominante do nosso tempo. E o melhor exemplo vem do presidente Jair Messias Bolsonaro: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? [...] Sou Messias, mas não faço milagres”. A resposta ao questionamento sobre o novo recorde de mortos por covid-19, na noite de 28 de abril de 2020, expõe uma estrutura perversa — Bolsonaro sabe que negar a ciência e as medidas preventivas para minimizar os avanços do coronavírus resulta em mais mortes. Ele sabe; mesmo assim, o faz.

No ensaio *Como Marx inventou o sintoma?*, Žižek mostra que o cinismo integra a estrutura subjetiva na pós-ideologia; passando de um modelo fetichista — “eles não sabem, mas é o que estão fazendo” (traz a questão da falsa consciência que marca a ideologia) — para o modelo do cinismo — “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas fazem assim mesmo” (pós-ideologia). Assim, o trocadilho pífio de Bolsonaro não seria um chiste na racionalidade cínica? Aciona a memória discursiva de um Messias da literatura bíblica, que doou sua vida aos gentios, para se juntar à narrativa do Messias presidente que sacrifica o povo em prol dos seus interesses pessoais. No ensaio de Žižek publicado no Brasil em 1996, que integra a coletânea *Um mapa da ideologia*, a descrição do cinismo na política é certa: “quando um político prega o dever do sacrifício patriótico, o cinismo expõe o lucro pessoal que ele está retirando do sacrifício alheio” (Žižek, 1996, p. 313).

A demonstração empírica foi a declaração do ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, sobre as tentativas do presidente de interferir na Polícia Federal para obter informações privilegiadas. No dia 24 de abril de 2020, o ex-ministro exibiu à TV Globo troca de mensagens entre ele e o presidente ocorrida na véspera, levando a supor que, entre as preocupações de Bolsonaro, estejam as investigações em andamento sobre o caso Marielle e as investigações sobre as *fake news* que podem chegar até seu filho 02 (no melhor estilo de nomear os irmãos de um conhecido desenho animado), o vereador carioca Carlos Bolsonaro.

Fake news faz parte da racionalidade cínica

No campo da comunicação, o que se convencionou chamar de *fake news*, quando o melhor seria desinformação, resulta da racionalidade cínica posta em prática. Quem a produz sabe bem o que está fazendo, como também quem acredita e consome seu conteúdo — sabe ou ao menos tem a intuição de que é falso —, mesmo assim, ambos agem como se fosse verdadeiro.

Entre as suspeitas de motivação para a demissão do diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, há a relação do inquérito sobre as manifestações antidemocráticas aberto pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, com outra investigação em andamento, sobre as *fake news* contra o Supremo Tribunal Federal que apontam para o chamado “gabinete do ódio”, comandado por Carlos Bolsonaro.

O “gabinete do ódio” se parece, em uma versão patética, com um departamento do Ministério da Verdade do livro 1984, de George Orwell (2009, p. 47), no qual é possível ler:

e se todos os outros aceitassem a mentira imposta pelo Partido — se todos os anais dissessem a mesma coisa [não à toa o governo Bolsonaro quer reescrever a narrativa sobre a ditadura militar] — então a mentira se transformava em história, em verdade. “Quem controla o passado”, dizia o lema do Partido, “Controla o futuro: quem controla o presente, controla o passado”.

A obra de 1949 é uma distopia totalitária que mostra o uso de mecanismos de falseamento da realidade, controlando a população com a produção do medo, em que “o inimigo do momento representava o mal absoluto”; no caso de Araújo, esse mal é o comunismo.

Na literatura, a realidade ficcional aproxima-se em muito de práticas feitas no stalinismo, no qual o Ministério da Verdade — responsável pela propaganda e revisionismo histórico — tinha a função de produzir informações falsas (*fake news* oficiais) que resultariam em verdades (pós-verdades) que assim se integrariam à consciência (falsa consciência) das pessoas.

Para Žižek (2013), em *Problemas no paraíso*, o stalinismo é a expressão máxima da paranoia interpretativa, ou seja, era preciso interpretar incessantemente (gozo) os fracassos do que se imaginava ser o melhor dos sistemas. A diferença entre uma paranoia stalinista — que se integra à subjetividade moderna — e a paranoia com traços fascistas (de direita) na versão pós-moderna e à la brasileira, é que, diferentemente da primeira, que sofre com a falsa consciência, à segunda não falta consciência, ou o contrário: há orgulho (entendido como direito de expressão) de ser racista, homofóbico etc. Na paranoia cínica, significa: eles sabem e, mesmo assim, o fazem.

Em seu livro mais recente, o filósofo cita uma fala importante de Gabriel Leung, principal epidemiologista de Hong Kong: “e, é claro, quando você tem mídias sociais, *fake news* e notícias verdadeiras, tudo misturado, e portanto zero confiança, como

fazer para combater essa epidemia?” (Žižek, 2020a, p. 9). O grau zero da confiança reforça a racionalidade cínica. Como combater um modo dominante de assujeitamento pela via do cinismo? Somente por meio de um elemento externo, um real que desestrutura as relações de gozo. Bolsonaro pode chamar o coronavírus de gripezinha, mas ela (a covid-19) está aí e se espraia como o vento sul zunindo nos nossos ouvidos para nos infectar. Esse real coloca limites no imaginário e no simbólico, fazendo a palavra cair e o sentido se diluir.

A queixa de Leung reforça a hipótese defendida no artigo *O que há de verdade na produção dos conteúdos falsos?* (Venera, 2019). O falso e o verdadeiro reduzidos a disputas pelo poder. “Já não há mais mundo real nem mundo digital. Há corpos sacrificados, submetidos, com direitos achatados na alienação a uma sociedade virtual e fetichizada” — e somente o real se insere como essa presença que escapa à vida que simplesmente segue o fluxo, para que, diante dele (como a pandemia), algo novo possa acontecer.

A arte máxima da perversão

Em *Guia pervertido do cinema* (2006), direção de Sophie Fiennes, Žižek apresenta o cinema como a arte máxima da perversão por mobilizar nossos desejos, assim como por mostrar de que forma devemos gozar. Diante de um filme, a existência fica suspensa. A cena causa desejo, e o corpo pulsa; ou

seja, o espectador goza pelo olhar. Autorizado a ver todo tipo de obscenidade, o cinema posiciona o falso *voyeur* (falso porque, oposto a uma prática proibida, o espectador é convocado a espiar), impedindo-o que veja na cena fílmica o próprio gozo pervertido (o que não se pode realizar em ato, o cinema realiza pela imaginação que suscita e mobiliza no sujeito).

Na sociedade do consumo, a experiência subjetiva é marcada pela incitação máxima ao gozo, seja com o cinema ou quando, simplesmente, caminhamos pelos corredores de um *shopping*, onde tudo está ali explícito para satisfazer o gozo ao máximo (ao menos essa é a promessa no paraíso terrestre).

Nas outras cenas que compõem o espectro midiático não é diferente. Pela via do gozo, podemos ver que não há equívoco nas interpretações sobre a pandemia em membros do atual governo Bolsonaro. Tal governo não está desconectado da realidade, mas apenas luta contra ela nas instâncias impeditivas do gozo; e o isolamento social certamente é uma delas.

É verdade. O caso de Araújo sobre a conspiração comunista não poderia ter sido mais grosseiro; nem filmes *hollywoodianos* em plena Guerra Fria conseguiram subestimar tanto o bom senso. Mas esse não é o ponto. No plano social, o que está em questão é a guerrilha simbólica ou, para usar uma expressão em voga de Byung-Chul Han (2018), é a psicopolítica; quer dizer, fazer com que o sujeito acredite que pode tudo (gozo), incitando-o até o ponto de ele desejar ser um empresário de si mesmo. No caso brasileiro, quando isso aconteceu, estavam dadas as condições subjetivas que permitiram a aprovação das reformas

trabalhista e previdenciária — o que em outras épocas seria impossível.

Comunismo: um significante bomba

Na guerrilha política, vence quem consegue condensar toda a maldade imaginária (excesso de gozo) em apenas uma palavra, palavra-bomba que destrói e afeta a vida de carne e osso.

A extrema-direita não foi nem um pouco criativa, mas muito eficiente. Não à toa o governo Bolsonaro presta frequentemente reverência aos Estados Unidos. Foram anos de produção cultural em massa sobre o anticomunismo. Assim, a questão não é se o comunismo é bom ou ruim, mas a que o discurso se refere. Para o atual governo, a palavra condensa tudo o que diz respeito aos direitos humanos e às lutas das minorias. Em síntese, os ideais iluministas do século XVIII, assim como do liberalismo clássico do XIX, do socialismo (seja utópico ou científico) também do XIX e do Estado do Bem Estar Social, sobretudo do XX, tornaram-se ideais comunistas. É certo que, sobretudo a partir dos anos de 1960, surgiram vários movimentos — entre eles, a contracultura — questionando os valores da sociedade moderna e o uso de dispositivos de dominação, como os meios de comunicação de massa, mas as críticas em nada tinham a ver com o esfacelamento civilizatório. A realidade atual, bem ao contrário dos movimentos contestatórios, faz apelo a valores que se pautam na

exclusão e demarcação de um inimigo para justificar práticas de violência.

Com a pandemia, observou Žižek, até os governos conservadores estão forçados a agir como comunistas. Essa foi a posição do ex-ministro da saúde do governo Bolsonaro, Luiz Henrique Mandetta, ligado aos interesses dos executivos de planos de saúde e crítico do Mais Médicos, que vestiu a camisa do Sistema Único de Saúde (SUS) e defendeu o isolamento social como melhor estratégia para a defesa da vida.

No final de semana anterior ao texto de Araújo (18 e 19 de abril de 2020), apoiadores do presidente foram às ruas manifestar reverência, além de exibir cartazes e gritos de ordem pedindo a volta à ditadura militar. Diferentemente do que muitos pensam, não há nenhum problema em conviver com a contradição entre chamar a Venezuela de ditadura e pedir a volta da ditadura no Brasil por um simples motivo: a ditadura militar no Brasil, para eles, combateu unicamente o “perigo” comunista. Além do mais, conviver com a contradição sem que isso traga sofrimento faz parte da racionalidade cínica.

Nesse contexto, enquanto perversão, o objeto de desejo fica velado no plano social. Não é a volta à ditadura militar, mas sim o desejo de gozar plenamente com o corpo do outro. Essa é a paranoia. Eles inserem o comunismo, o PT, a China na posição de semblante do grande Outro (este que tudo pode). O Outro, nesse caso, sintetiza-se melhor ainda no significante comunismo.

Desse modo, o problema não está na exploração, na subjugação de um grupo sobre o outro, de

um gênero sobre outro, mas no fato de que essas lutas todas impedem a realização das fantasias perversas. O sexo fora do campo do pecado, a defesa à causa feminina, o combate ao trabalho escravo, a demarcação das terras indígenas são apenas variações do que caberia para eles no significante “comunismo”. O comunismo funciona assim como o pai mítico, da horda primeva, o único que goza plenamente enquanto coloca limites a todos os outros.

Em síntese, Bolsonaro e seus pares não negam a lei, mas desejam estar acima dela para gozar com o corpo dos outros. Por isso, não é de estranhar que na ordem do dia esteja sempre uma pauta de negação dos direitos sociais conquistados.

O comunismo, o grande fetiche da direita

Por que o fetiche pela ditadura vem junto com o discurso puritano? Quando um desejo perverte princípios de civilidade, o sujeito pervertido precisa, mais do que qualquer outro, se passar por santo. É como diz o ditado popular: “porque tem culpa no cartório”. O gozo se faz em olhar, “o olhar que goza ao julgar”. Como fazer para se camuflar diante do olhar do outro? Simples, apresentar-se como puritano (incorrutível, pai de família, defensor da moral e dos bons costumes etc.).

Seguindo esse princípio psicanalítico, não seria demais imaginar que integrantes do universo bolsonarista tenham sonhos eróticos com Žižek, já

que os sonhos não respeitam a barreira da repressão, ou seja, compõem as imagens do sonhador sem pedir permissão à consciência. Para suportar desejos pervertidos, o sujeito precisa combater ferozmente tudo o que possa lembrar suas fantasias proibitivas.

Em *Traços de perversão nas estruturas políticas*, Žižek faz uma distinção importante entre duas posições subjetivas perversas no discurso político: o totalitarismo de esquerda e o de direita. Distinção central para não cair na banalidade de considerar tudo farinha do mesmo saco, como de chamar o nazismo de movimento de esquerda, quando os integrantes deste último foram os primeiros a serem presos e levados para os campos de concentração.

No fascismo, uma das formas de totalitarismo de direita, é o “judeu” que funciona como fetiche, o elemento de fora que corrompe a sociedade “orgânica”, como aponta Žižek. Na versão brasileira, não seriam os petistas que ocupariam a posição do judeu? No entanto, talvez ainda precisemos fazer mais uma amarração. Nos governos do PT, os negros conquistaram mais espaço na sociedade, as empregadas domésticas, direitos trabalhistas, o debate de gênero avançou etc., ou seja, a ampliação de direitos funciona como impeditivo para o gozo perverso que não aceita limites. A sociedade cínica goza na busca desenfreada por ir além do princípio do prazer, constituindo-se como seu principal traço que a leva à barbárie generalizada.

Publicado em 18 de maio de 2020,
Le Monde Diplomatique Brasil.



REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Antissemitismo e propaganda fascista. In: ADORNO, Theodor W. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Unesp, 2015a. p. 137-152.

ADORNO, Theodor W. A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: ADORNO, Theodor W. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Unesp, 2015b. p. 153-189.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

ADORNO, Theodor W. Mensagem numa garrafa. In: ZIZEK, S. (org). **Um mapa da ideologia** (pp. 39-49). Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AGAMBEN, Giorgio. **Bartleby**: escrita da potência. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BARTHES, R. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BUCK-MORSS, Susan. **A tela do cinema como prótese de percepção**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2009.

BUCK-MORSS, Susan. **Dialética do olhar**: Walter Benjamin e o projeto passagens. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

BUCK-MORSS, Susan. Estética e anestética: o ensaio sobre a obra de arte de Walter Benjamin. **Travessia: revista de literatura**, n. 33. Florianópolis: EdUFSC, ago./dez. 1996.

CERVANTES, Miguel de. **Dom Quixote de la Mancha**. São Paulo: Editora Abril, 1978.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Os Irmãos Karamázov**. São Paulo: 34, 2008.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.4.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas de Sigmund Freud**: escritos sobre a psicologia do inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. 2. p. 123-198.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do Eu. In: FREUD, Sigmund. **Cultura, sociedade e religião**: o mal-estar na cultura e outros escritos. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 137-232.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1990. v. 12. p. 189-203.

HAKIM, Peter. E aí, presidente? **Estadão**, 27 jul. 2013. Disponível em: <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,e-ai-presidente,1057947>. Acesso em: 23 jul. 2025.

HAN, Byung-Chul. **A expulsão do outro**: sociedade, percepção e comunicação hoje. Petrópolis: Editora Vozes, 2021a.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte; Veneza: Editora Âyiné, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade paliativa**: a dor hoje. Petrópolis: Editora Vozes, 2021b.

HOMERO. **Odisséia**. v. 2. Porto Alegre: L&PM, 2007.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELVILLE, Herman. **Bartleby, o escrivão**: uma história de Wall Street. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PELBART, Peter Pál. Anota aí: eu sou ninguém. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 jul. 2013a. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup-colunista.shtml?Http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/119566-quotanota-ai-eu-sou-ninguem-quot.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2025.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

TORRES, Bolívar. 'O chanceler brasileiro não entendeu a questão', responde Zizek após Araújo falar em 'comunavírus'. **O Globo**, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/o-chanceler-brasileiro-nao-entendeu-questao-responde-zizek-apos-araujo-falar-em-comunavirus-1-24388348>. Acesso em: 14 dez. 2025.

VENERA, José Isaías. O que há de verdade na produção dos conteúdos falsos? **Observatório da Imprensa**, 2019. Disponível em: <https://www.observatorio-daimprensa.com.br/dilemas-contemporaneos/o-que-ha-de-verdade-na-producao-dos-conteudos-falsos/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

ŽIŽEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do real**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ŽIŽEK, Slavoj. **Lacrimae rerum**: ensaios sobre cinema moderno. São Paulo: Boitempo, 2018a.

ŽIŽEK, Slavoj. O ateísmo é um legado pelo qual vale a pena lutar. **Blog Boitempo**, 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/11/13/zizek-o-ateismo-e-um-legado-pelo-qual-vale-a-pena-lutar/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

ŽIŽEK, Slavoj. **O mais sublime dos histéricos**: Hegel com Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

ŽIŽEK, Slavoj. O que Hegel nos ensina sobre como lidar com Trump? **Blog Boitempo**, 2018b. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/01/17/zizek-o-que-hegel-nos-ensina-sobre-como-lidar-com-trump/>. Acesso em: 12 dez. 2025.

ŽIŽEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, David *et al.* (org.). **Occupy**: movimentos de protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

ŽIŽEK, Slavoj. **Pandemia**: Covid-19 e a reinvenção do comunismo. Tradução de Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2020a.

ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no paraíso. *In*: MARICATO, Ermínia *et al.* (org.). **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996

ŽIŽEK, Slavoj. Zizek vê o poder subversivo do Coronavírus. **Outras Palavras**, 2020b. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/zizek-ve-o-poder-subversivo-do-coronavirus/>. Acesso em: 14 dez. 2025.



